

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE CONSELHEIROS NACIONAIS

Especialização em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais

MARCELO MARIGLIANI ARIAS

FINANCIAMENTO PÚBLICO DA PARTICIPAÇÃO

Cooptação ou Remédio Constitucional?

Belo Horizonte

2012

Marcelo Marigliani Arias

FINANCIAMENTO PÚBLICO DA PARTICIPAÇÃO

Cooptação ou Remédio Constitucional?

Monografia apresentada à Universidade Federal de Minas Gerais como requisito para conclusão do Curso de Especialização em Democracia Participativa República e Movimentos Sociais.

Orientadora: Professora Msc. Aurea Mota

Belo Horizonte

2012

MARCELO MARIGLIANI ARIAS

FINANCIAMENTO PÚBLICO DA PARTICIPAÇÃO

Cooptação ou Remédio Constitucional?

Monografia apresentada à Universidade Federal de Minas Gerais como requisito para conclusão do Curso de Especialização em Democracia Participativa República e Movimentos Sociais.

Aprovada em de outubro de 2012

BANCA EXAMINADORA

Prof. Msc. Aurea Mota

Orientadora

"Uma sociedade só é democrática quando ninguém for tão rico que possa comprar alguém e ninguém seja tão pobre que tenha de se vender a alguém."

Jean-Jacques Rousseau

AGRADECIMENTOS

Início os agradecimentos às instituições que me possibilitaram o ingresso e a conclusão desse curso. A União Nacional dos Estudantes e sua rede de atuação são elementos presentes na minha vida desde 1997. Sem a indicação de seu Presidente, o amigo Augusto Chagas, não me teria sido possível aprender tudo o que aprendi.

Com a mesma importância, agradeço à União da Juventude Socialista e ao Partido Comunista do Brasil. Ambos, com sua História e com seu presente permanecem firmes, como luminares de esperança em um futuro mais fraterno, justo, igualitário.

Entre as Instituições, também é merecedora de agradecimento a Secretaria Geral da Presidência da República que, desde 2003, é sensível à questão da Participação Social e foi capaz de se preocupar com a elaboração deste curso e de investir na formação e no surgimento de novos quadros técnico-científicos para a nação.

Algumas pessoas também tiveram destaque no processo de elaboração deste trabalho. Gostaria de destacar o agradecimento à Professora Orientadora e querida colega Aurea Mota. Sua paciência, tolerância e benevolência foram estímulos constantes para não jogar a toalha. Também é digno de nota o esforço da equipe de professores, monitores e funcionários do Departamento de Ciência Política da UFMG que estiveram envolvidos na realização deste curso. Sem esse apoio, a segunda turma da Especialização em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais não existiria.

Por fim, agradeço à minha companheira Jéssica Monteiro, pela paciência e compreensão e também à Dona Carolina, pelo desvendar da curiosidade, força motriz da pesquisa, do estudo e da Ciência.

RESUMO

O ascenso de forças políticas portadoras de projetos políticos transformadores ao Governo Federal, em 2003, descortinou novas configurações e possibilidades nas relações entre governo federal e sociedade civil. Desde então, os movimentos sociais, que nos anos do neoliberalismo atuaram de maneira decidida em oposição ao Governo, encontram nos palácios do poder interlocutores com os quais dispõe de identidade política, forjada ao longo de anos de luta pela democratização e pela conquista de direitos sociais e econômicos. A relação entre participação social e democracia é elemento presente na história do pensamento político da humanidade em todos os tempos. A Democracia Participativa é um conjunto teórico variado e multifacetado, que se estende através dos tempos. E uma das muitas preocupações nesse campo teórico é a relação financeira entre Estado e sociedade civil num ambiente participativo. A cooptação dos movimentos sociais pelo Governo (ou mesmo pelo mercado!) está presente na preocupação dos teóricos da Participação (SANTOS e AVRITZER, 2002; GOHN, 2005; PEREZ, 2006; PATEMAN, 1992). A cooptação dos movimentos sociais também é alvo da preocupação dos grandes instrumentos de comunicação e do cotidiano da política, especialmente dos instrumentos de formação de opinião organizados pela oposição ao Governo Federal. É fato que a participação social demanda gastos financeiros e outras formas de investimento. Esses custos de participação precisam ser socialmente distribuídos, sob pena de a participação social adquirir clivagem censitária, desviando-se de seu intento. O objetivo deste trabalho é analisar as formas através das quais os movimentos sociais se relacionam financeiramente com o Governo Federal, sua legalidade e legitimidade. Conclui-se pela desejabilidade de transferência de recursos da união para organizações da sociedade civil e que o problema da cooptação é mais uma peça de retórica utilizada no discurso de oposição do que um fato comprovado em si, dado que organizações da sociedade civil que se dizem cooptadas recebem bem menos recursos do que outras insuspeitas e identificadas com o discurso oposicionista.

Palavras-chave: Democracia Participativa, Movimentos Sociais, Financiamento

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS REALIZADAS PELA UNIÃO DE 2004 A 2011.....	26
TABELA 2 – TIPOS DE TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DA UNIÃO EM 2011.....	27
TABELA 3 – MAIORES TRANSFERÊNCIAS A ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS EM 2011.....	27

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 - DEMOCRACIA, SOCIEDADE CIVIL E MOVIMENTOS SOCIAIS	10
1.1 – DEMOCRACIA REPRESENTATIVA E DEMOCRACIA PARTICIPATIVA	10
1.2 – SOCIEDADE CIVIL E MOVIMENTOS SOCIAIS.....	13
2 – PARTICIPAÇÃO SOCIAL COMO PRINCÍPIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	19
3 - INSTRUMENTOS DE FINANCIAMENTO DA PARTICIPAÇÃO E ANÁLISE DAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS	23
3.1 – TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS: BREVE ANÁLISE	26
CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
BIBLIOGRAFIA	32
ANEXO 1	34
Publicações referentes à cooptação de Movimentos Sociais (UNE).....	34
ANEXO 2	62
Relação de Transferências de Recursos da União envolvendo a União Nacional dos Estudantes (UNE).....	62

INTRODUÇÃO

O ascenso de forças políticas portadoras de projetos políticos transformadores ao Governo Federal, em 2003, descortinou novas configurações e possibilidades nas relações entre Governo Federal e Sociedade Civil. Alguns movimentos sociais, que nos anos do neoliberalismo atuaram de maneira decidida em oposição ao Governo, encontram nos palácios do poder interlocutores com os quais dispõem de identidade política, forjada ao longo de anos de luta pela democratização e pela conquista de direitos sociais e econômicos.

Os anos de luta comuns borraram as fronteiras entre os diversos atores políticos bem como sua atuação nas arenas estatal e não estatal. O Governo Federal abriu-se para a participação, dando materialidade a dispositivos desenhados pela Constituição Federal de 1988. Desde 2003 foram realizadas 80 Conferências Nacionais para debater as mais diversas áreas de políticas públicas, especialmente políticas sociais¹.

A relação entre participação social e democracia é elemento presente na história do pensamento político da humanidade em todos os tempos, como nos ensina a corrente do pensamento que atribui às raízes gregas da participação em praças públicas (*ágora*) o envolvimento dos sujeitos na coisa pública. As práticas democráticas e participativas, entretanto, são pensadas através de conjunto teórico variado e multifacetado, que se estende através dos tempos. Levando-se em consideração o cenário atual brasileiro, a chegada ao poder de um partido que tem suas origens ligadas a movimentos sociais variados, um problema clássico ganhou amplitude sem precedentes na história nacional.

Falamos das muitas preocupações, que se manifestam no campo teórico democrático e, principalmente, no cotidiano político, em torno da relação financeira entre Estado e Sociedade Civil num ambiente participativo. Desde sempre o elemento da cooptação dos movimentos sociais pelo governo (ou mesmo pelo mercado!) está presente na preocupação dos teóricos da participação (SANTOS e AVRITZER, 2005; GOHN, 2005; PEREZ, 2006; PATEMAN, 1992). A cooptação dos movimentos sociais também é alvo da preocupação dos grandes instrumentos de comunicação e dos instrumentos de formação de opinião organizados pela oposição ao Governo Federal.

¹ Relatório da Secretaria de Articulação Social, atualizado até 19/06/2012. Disponível em http://www.secretariageral.gov.br/art_social/conferencias. Último acesso em 20/08/2012

É fato que a participação social demanda gastos financeiros e outras formas de investimento. Esses custos de participação precisam ser socialmente distribuídos, sob pena de a participação social adquirir clivagem censitária, desviando-se de seu intento.

O objetivo deste trabalho é, assim, analisar as formas através das quais os movimentos sociais se relacionam financeiramente com o Governo Federal e sua legalidade e legitimidade, bem como se resultam em cooptação ou não.

Organizamos o argumento de forma que na primeira parte será posicionado o conjunto teórico utilizado para a análise, especialmente os conceitos de Democracia Participativa, Sociedade Civil e Movimentos Sociais.

Na segunda parte será feita uma análise da Participação como princípio administrativo e seu respaldo e fundamentação constitucional. A terceira parte irá analisar as formas legais de financiamento público à participação da Sociedade Civil, através de mecanismos de transferência de recursos da União para a Sociedade Civil. Ainda na terceira parte, considerando o cenário contemporâneo brasileiro, será analisado, sinteticamente, o perfil das transferências de recursos feitas pela União Federal no ano de 2011, ano que foi marcado por longa campanha midiática² sobre problemas na malversação de recursos públicos por parte de organizações da sociedade civil conveniadas com a União. A campanha rendeu críticas a tradicionais organizações do Movimento Social, “derrubou” ministros de estado e promoveu transformação nas relações Sociedade Civil e Estado.

Por fim serão apresentadas breves considerações sobre essas transferências e o problema da cooptação dos movimentos sociais, com referência na União Nacional dos Estudantes.

² A respeito dessa campanha, selecionamos apenas o seu reflexo para a União Nacional dos Estudantes (UNE) por ser um dos movimentos sociais mais acusados de cooptação através dos jornais e revistas de grande circulação nacional ou através dos ‘blogs’ de seus jornalistas

1 - DEMOCRACIA, SOCIEDADE CIVIL E MOVIMENTOS SOCIAIS

1.1 – DEMOCRACIA REPRESENTATIVA E DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

A participação dos cidadãos na composição de um Governo é um tema do qual a filosofia e a ciência política se ocupam desde as primeiras formas de organização complexa da humanidade. Historicamente, desde a Grécia Antiga, deu-se o nome de Democracia ao sistema de Governo que pretendia a máxima participação de todos os seus cidadãos.

Embora pudéssemos questionar as raízes “helenocêntricas” dessa ideia de democracia (DUSSEL, 2006), pois ela teria servido para sustentar uma visão europeia de uma forma ideal de organização política, fato é que ela inspirou grande parte dos ideias e práticas políticas colocadas em marcha na história mundial. Desde então, o tema da participação é conexo aos debates sobre formas e sistemas de governo, nos debates sobre relações de poder e nos debates sobre processos decisórios.

Apesar desse debate milenar, é o século XX que marca a emergência da democracia como conceito hegemônico (SANTOS e AVRITZER, 2005), fruto da vitória das democracias liberais do Ocidente nas grandes guerras e fruto da intensa disputa que se deu no campo das ideias sobre o termo.

Segundo Boaventura Santos e Leonardo Avritzer, a primeira metade do século XX teve foco no debate sobre a desejabilidade da democracia. Alguns autores buscavam demonstrar, através das evidências empíricas, que a complexidade da sociedade industrial do começo do século implicava numa forçosa escolha entre organização ou democracia, sendo impossível a conciliação entre as duas (PATEMAN, 1992, p.10), sendo a democracia apenas um ideal.

Nesse período, o colapso da experiência da República de Weimar, na Alemanha, caracterizada por ampla participação popular e pelo atendimento a demandas populares por direitos sociais, reforçou o argumento de que a participação popular deveria ser mitigada nos sistemas democráticos, como forma de garantir a estabilidade dos sistemas políticos e evitar os governos totalitários (PATEMAN, 1992 p.11).

Ao final das duas guerras mundiais, o conceito de democracia que se tornou hegemônico nos Estados Nacionais que se consolidaram nesse período, também chamado de “segunda onda de democratização” (SANTOS e AVRITZER, 2005), foi uma democracia formal, definida como método de governo com fortes restrições às formas de participação e exercício da soberania por parte dos cidadãos, com a

construção de consensos em torno de procedimentos eleitorais para a formação de governos (SCHUMPETER, 1961 p. 291).

Com efeito, para Schumpeter a democracia, enquanto método, reduz-se a “um arranjo institucional para se chegar a certas decisões políticas que realizam o bem comum, cabendo ao próprio povo decidir, através da eleição de indivíduos que se reúnem para cumprir-lhe a vontade.” (SCHUMPETER, 1961 p. 300).

Essa corrente de pensamento que reduz a democracia a um procedimento eleitoral de seleção de **elites participativas** (KELSEN, 1929; SCHUMPETER, 1961; BOBBIO, 1986; DAHL, 1956), que pode ser denominada como democracia de baixa intensidade de participação (SANTOS e AVRITZER, 2005). Esse conceito de democracia ainda é hegemônico nos países ocidentais, reforçado pelo argumento da complexização da Sociedade e pelas novas demandas trazidas à responsabilidade do Estado pelas massas populares.

Toda corrente hegemônica promove o desenvolvimento de outras correntes contra hegemônicas ou alternativas. A partir da metade do século XX alguns autores passam a questionar a redução procedimentalista da democracia e buscam repor a principalidade da participação no processo democrático.

Carole Pateman (1992) destaca que o ideal moderno de democracia, consolidado por Rousseau em **O Contrato Social**, apoia-se na participação do indivíduo para a tomada de decisões, sendo a participação mais que um processo político no qual a soberania pode ser exercida. A participação assume, para Rousseau, um papel educativo, provocando efeitos psicológicos naqueles que participam e moldando caracteres e virtudes adequadas ao ambiente e à cultura participativa. Para Rousseau a democracia pressupõem certas condições de igualdade política, ou seja, de participação no sistema. Tal igualdade de participação é contraditória ao procedimento de seleção de elites defendido pela corrente hegemônica. Para Rousseau, a despeito das diferenças de gostos, costumes e condições financeiras, a democracia só seria possível em uma situação que “nenhum cidadão fosse rico o bastante para comprar o outro e em que nenhum fosse tão pobre que tivesse que se vender” (ROUSSEAU, 1973).

Para Pateman (1992), Rousseau e outros autores como J.S. Mill e G.D.H. Cole se destacam como teóricos da Democracia Participativa por realçarem o papel da participação no processo de tomada de decisões. Essa corrente ressalta que a participação, além de educativa, cumpre as funções de integrar o indivíduo à sociedade, construindo laços identitários comuns e conferem **legitimidade** às soluções legais e administrativas que resultam do processo democrático (PATEMAN, 1992 p. 36-41).

J.S.Mill reforça o argumento da educação ao realçar a ideia de que o indivíduo aprende a democracia e que

Não aprendemos a ler ou escrever, a guiar ou a nadar apenas porque alguém nos diz como fazê-lo, mas porque o fazemos, de modo que será somente praticando o governo popular em pequena escala que o povo terá alguma possibilidade de aprender a exercitá-lo em maior escala (MILL, J.S. *apud* PATEMAN, 1992 p 46).

G.H.D. Cole acirra o debate propondo uma completa distinção entre o conjunto de “arranjos institucionais” e a democracia. Para Cole, os modelos de representação existentes pressupõem que o indivíduo pode ser representado por outro como um todo, em todos os seus propósitos. Tal modelo negligencia as diferentes funções e posições sociais que um mesmo indivíduo exerce durante a vida. Para o autor, a representação seria mais completa se dividida por associações conforme suas funções sociais, de forma que o indivíduo pudesse participar de todas as decisões que lhe dizem respeito. (COLE *apud* PATEMAN, 1992 p. 54). A teoria de Cole merece atenção, segundo Pateman, por referenciar-se em uma Sociedade industrial complexa e atual.

Outras opiniões não hegemônicas irão oferecer sua crítica à teoria da democracia de baixa intensidade refutando que a participação seja contraditória à estabilidade do sistema. Castoriadis, por exemplo, contextualiza a democracia como uma forma sócio histórica de relação política e, portanto, correspondente a determinadas condições peculiares da história humana (CASTORIADIS *apud* SANTOS e AVRITZER, 2005). Já Habermas propõe que a democracia não se dá apenas pela estabilidade dos procedimentos para a escolha de governos, mas quando toda a Sociedade adota-a como gramática social, ou seja, como comportamento de tolerância com o diferente espreado para todos os aspectos da vida social. (HABERMAS *apud* SANTOS e AVRITZER, 2005).

Outra opinião não hegemônica é colocada por Dagnino ao propor que a atuação dos movimentos sociais e a inserção de novos atores propicia uma disputa pela ressignificação do conceito de democracia e pelas práticas de relações políticas nas diferentes esferas, buscando o aumento da cidadania e a inclusão constante de novos atores (DAGNINO, 1994).

No Brasil, o processo de redemocratização na década de 1980 faz parte de uma “terceira onda de democratização” (SANTOS e AVRITZER, 2005). Essa “terceira onda” é composta por países que não se posicionaram no campo democrático

constituído após o término da segunda guerra, em especial por aqueles que foram submetidos a Ditaduras Militares como o Brasil, Colômbia, Argentina, Chile e outros.

Nesses países, em especial no Brasil, a participação dos Movimentos Sociais no processo de (re)democratização é fortemente marcada pela ideia do “direito a ter direitos”, dada a profunda exclusão e discrepância socioeconômicas entre as classes sociais (DAGNINO, 1994). Essa ideia é rapidamente ampliada pela exigência de novas e diversificadas formas de participação, como forma de garantir e fiscalizar uma melhor distribuição de direitos sociais e serviços públicos, conforme reivindicações dos movimentos sociais.

Fruto dessas condições sócio históricas, a Constituição da República Federativa do Brasil, proclamada pela Assembleia Constituinte democraticamente eleita em 1988, tem no seu bojo uma combinação de mecanismos de democracia representativa, participativa e direta. O grande número de mecanismos sugeridos pela Constituição para regulamentação infraconstitucional, como será descrito na próxima parte, posiciona o Brasil – juntamente com outras experiências atuais, notadamente a Índia, no rol de democracias de Alta Intensidade de Participação (SANTOS e AVRITZER, 2005).

1.2 – SOCIEDADE CIVIL E MOVIMENTOS SOCIAIS

O termo sociedade civil sofreu profundas transformações no decorrer da história. Inicialmente formulado por Aristóteles, corresponde à comunidade pública que comunga valores ético-políticos. Séculos mais tarde, na Idade Moderna, autores como Fergunson e Paine irão separar a sociedade civil do Estado (GOHN, 2005 p. 62).

Para Rousseau, dando origem à racionalização contratualista para a coesão política de um povo baseado em um princípio de soberania republicano, a sociedade civil é o estágio civilizado, em oposição ao estágio selvagem, em que a sociedade encontra-se antes de efetuar o contrato social. O contrato social dá origem à sociedade política, superando a sociedade civil, onde os interesses individuais e coletivos não encontravam qualquer tipo de mediação (GOHN, 2005 p. 63).

Hegel proporciona um novo status teórico para a sociedade civil. Para ele, a sociedade civil é o espaço entre as famílias (célula social) e o Estado. A sociedade civil, para Hegel, incorpora a esfera econômica, o aparato jurídico e os mecanismos da administração pública (GOHN, 2005).

Karl Marx localiza a sociedade civil no sistema das necessidades, isto é, a economia capitalista e todo o sistema de produção, circulação e consumo de mercadorias. Para Marx é na sociedade civil, ou seja, sobre as relações de produção existentes, que se assentarão as formas ideológicas e culturais como a religião, a filosofia, o direito e a política. Esses elementos serão chamados por Marx de superestrutura da sociedade. Não é menor destacar que, para Marx, a luta de classes ocorre a partir da sociedade civil, espalhando-se por toda a superestrutura social. Em **Ideologia Alemã**, o autor, acompanhado de Engels, indica-nos que:

A sociedade civil compreende todo o intercâmbio material dos indivíduos numa determinada etapa do desenvolvimento das forças produtivas. Compreende toda a vida comercial e industrial de uma etapa, e nesta medida transcende o Estado e a nação, embora, por outro lado, tenha de se fazer valer em relação ao exterior como nacionalidade e de se articular como Estado em relação ao interior (MARX e ENGELS, 1974, p. 94).

Em complementação e atualização do pensamento marxista, Gramsci propõe que a sociedade civil é o espaço da produção cultural, separadamente das noções econômicas. Gramsci circunscreve a Sociedade Civil como o conjunto de corporações, associações e mecanismos onde também se expressa o poder da classe dirigente da Sociedade. Para Gramsci a dominação de classe não se dá apenas por reflexo da esfera econômica. Esse domínio precisa ser reforçado por um projeto cultural, ético e político. A esse domínio Gramsci dá o nome de “hegemonia”. A principal arena para a disputa hegemônica é no campo da sociedade civil, que se completa na sociedade política, o Estado (GONH, 2005; GRAMSCI, 2005; BOBBIO, 1999; COUTINHO, 2011).

Para Gramsci, a sociedade civil não se contrapõe ao Estado, mas é uma de suas partes constitutivas, juntamente com a estrutura da burocracia estatal e seus mecanismos de reprodução. Para Gramsci a disputa do poder político tem como arena privilegiada a sociedade civil (COUTINHO, 2011).

No Brasil o termo sociedade civil foi introduzido no vocabulário político na década de 1970 (GOHN, 2005 p. 70). Na linguagem política corrente, tornou-se sinônimo de participação e organização da população civil em oposição ao Governo Militar. É comum a utilização do termo sociedade civil “Organizada”. Essa corruptela do termo, apesar de não trazer prejuízo para o processo de redemocratização, servirá para embaçar o conceito e facilitará os processos que podem envolver sua cooptação ou captura pelo mercado (COUTINHO, 2011; PEREZ, 2006).

Maria da Glória Gohn (2005, p.70) nos oferta um panorama sofisticado, construído a partir das lutas pela redemocratização e as relações com o Governo Militar. As organizações da sociedade civil, também chamadas de Organizações Não-Governamentais (ONGs) quando assumem um tipo organizativo específico, são aquelas que se propõem a assessorar (com contatos internacionais, estudos econômicos, e outras formas profissionais de ação) a luta dos movimentos sociais, considerados ilegais no país.

Nesse processo, toma centralidade à ação de movimentos sociais urbanos como o movimento sindical e os movimentos contra a carestia, organizado nos bairros. Podemos dizer que, nesse momento histórico, existe uma unidade de ação entre setores médios da sociedade – especialmente profissionais liberais e intelectuais - que se organizam em insuspeitas Organizações Não Governamentais como forma de impulsionar as lutas populares, mais incisivas pela derrubada do Regime vigente. É importante destacar que nesse período se iniciam as lutas dos movimentos sociais de caráter identitários como os raciais, de gênero, de opção sexual, de juventude, de idosos, levando os Movimentos Sociais a uma fragmentação considerável. O campo do trabalho não é mais a única forma de organização social em relação ao Estado (GOHN, 2005 p. 73-74).

Após o processo de redemocratização, a sociedade civil³ (re)encontra espaços de diálogo com o Estado. O processo Constituinte traz à cena uma miríade de novos ‘atores sociais’ que vão se constituindo - ora Movimentos, ora Organizações Não Governamentais - em torno de questões temáticas e pelo estabelecimento de direitos sociais, econômicos e identitários. Além disso, em oposição ao período anterior, autoritário e centralizador, a Sociedade Brasileira vai optar pela reconstituição do seu Sistema Federativo com alta descentralização dos Serviços Públicos para unidades subnacionais – Estados e municípios – buscando melhores formas de controle e eficiência da gestão pública (OLIVEIRA, 2010).

Esse novo momento da política brasileira é temperado pelo ascenso das propostas neoliberais em todo o planeta. O Brasil, sob o comando de Fernando Collor e depois Fernando Henrique Cardoso, alinha-se a essa tendência e promove profunda Reforma Administrativa e do Aparelho Estatal sob o comando de Bresser Pereira. A redução da atuação do Estado abre espaço à criação de um amplo setor ‘público não estatal’ (SANTOS, 1999), no qual irá proliferar a atuação de Fundações empresariais,

³ A partir deste ponto, o termo sociedade civil será utilizado na concepção formulada por Antônio Gramsci

marcadas pela ideia da “responsabilidade social”, e ONGs, criadas sob a premissa do voluntariado, voltadas ao atendimento a questões sociais como a pobreza, a qualificação profissional, a inserção no mercado de trabalho e o exercício da cidadania, com lógica marcadamente empresarial, alinhando-se às teorias do Terceiro Setor. É desse cenário que se refere Marco Augusto Perez ao chamar atenção sobre o problema da captura da participação social pelo mercado (PEREZ, 2006).

Nesse cenário, os movimentos sociais urbanos, portadores de projetos sociopolíticos transformadores, sofrem forte refluxo, com alto grau de confusão entre seus militantes. Muitos aderem às ideias de parceria com o Governo, a despeito de seu caráter neoliberal, e engrossam as fileiras das Organizações Não Governamentais que atuam no campo da ‘cidadania’, apesar de não incorporarem a luta por processos transformadores (GOHN, 2005, p.89). A lógica predominante na Sociedade Civil passa a ser o trabalho por projetos, com fartas linhas de financiamento por partes de organismos internacionais, buscando a inserção de excluídos nos moldes de participação e consumo preconizados pelas Instituições Internacionais como o BIRD, UNESCO, UNICEF e BID⁴.

Na mesma década de 1990, os Movimentos Sociais rurais, notadamente o MST, tomam relevo e despertam as esperanças daqueles que acreditam nos processos transformadores e na educação através da luta social. A organização da Via Campesina, grande rede de ação das inúmeras formas de organização do movimento social rural, promove o enfrentamento ao projeto neoliberal e ao crescimento do agronegócio associado ao capital estrangeiro. Junto com outros movimentos sociais urbanos – do campo do trabalho; da educação formal; da educação informal; da democratização da mídia; da luta por saúde; pelo reconhecimento de direitos relacionados à identidade como gênero, opção sexual, faixa etária, racial; e outros – os movimentos sociais rurais constituem o Fórum Social Mundial, uma grande rede de resistência às políticas neoliberais e à hegemonia do capital financeiro.

O processo de globalização intensiva das comunicações, a popularização do uso de mídias eletrônicas e da transmissão de som e imagem promove o estreitamento da sociedade civil. Esse estreitamento, na leitura de alguns, irá enfatizar as características individuais e conferir caráter identitários aos Movimentos Sociais em ascenso. Nesse sentido, Ilse Scherer-Warren (SCHERER-WARREN, 2006) identifica os movimentos

⁴ Ressalte-se que o acesso a linhas de financiamento dos organismos internacionais sempre esteve sujeito à adoção de determinadas práticas políticas. Historicamente, um desses requisitos era a adoção de sistemas eleitorais estáveis, o que ajudou a consolidar a proposta procedimentalista para a seleção de elites dirigentes como modelo hegemônico de “democracia”.

sociais como toda ação coletiva que, representada através de diversos formatos organizacionais, (1) expõe um princípio de identidade construído coletivamente ou, ainda, de identificação em torno de interesses e valores comuns no campo da cidadania; (2) possuam uma definição coletiva de um campo de conflitos e dos adversários centrais nesse campo; e (3) promovam a construção de projeto de transformação ou de utopias comuns de mudança social nos campos societário, cultural ou sistêmico.

No mesmo sentido, Tilly e Wood (2009), ao estudarem o passado e o presente dos Movimentos Sociais no Ocidente entre os séculos XVIII e XX, afirmam que um Movimento Social é a combinação criativa de três elementos: (1) um esforço público e organizado para levar às autoridades pertinentes as reivindicações coletivas, também chamado de campanha; (2) a organização de procissões, marchas, vigílias, manifestações, petições, abaixo-assinados, reuniões públicas, coletivas de imprensa, propaganda direcionada, criação de associações, articulações, redes ou fóruns como forma e método de atuação; (3) manifestações públicas e organizadas de identidade e capacidade de luta, especialmente reforçando a sua ética grupal, unidade, identidade, número ou compromisso (TILLY e WOOD, 2009 p. 22).

O século XXI se inicia com sucessivas crises do sistema capitalista global, que atingem com força a periferia do sistema, como o Brasil. As políticas neoliberais, de liberalização econômica e redução do papel do Estado, não conseguem fazer frente ao enxugamento das linhas de financiamento externas e o Brasil se arrasta por anos de recessão e desemprego. Talvez, inclusive, em decorrência da incompletude da experiência de “cooptação” das organizações da sociedade civil pelo mercado dentro desse modelo que preponderou nos anos 1990, como vimos acima, um novo processo se inicia. A resistência à essas políticas cresce e culminam com a eleição de um projeto transformador, de caráter democrático, marcado pela eleição de Luís Inácio Lula da Silva, em 2002.

A eleição de Lula ao Governo Federal traz novas perspectivas ao movimento social, rural ou urbano. Pela primeira vez, apesar do Congresso Nacional ainda ser majoritariamente conservador, o poder central é ocupado por forças políticas com as quais tem forte identidade de projetos sociopolítico e cultural.

No entanto, as forças políticas conservadoras e alinhadas com as políticas neoliberais ainda dispõem de força suficiente para barrar iniciativas de uma nova reforma do Estado e o Governo Lula se caracteriza pela acomodação do Brasil no sistema global capitalista, hegemonizado pelo setor financeiro, mas com a proposta de

retomada da capacidade interventora do Estado na condução da política econômica e no desenvolvimento do setor produtivo nacional.

Dessa forma, apesar do desenvolvimento de novas relações políticas com a sociedade civil e os movimentos sociais, simbolizado pelo grande número de Conferências Nacionais Temáticas⁵ e pela instituição de novos marcos da Democracia Participativa, os movimentos sociais se sentem frustrados nos seus anseios de transformação sistêmica.

Essa situação abre espaço para novas formulações teóricas que relativizam os projetos transformadores societários, como Boaventura de Souza Santos que identificará múltiplos focos da ação humana e da produção das relações de poder (SANTOS, 1999, p.123-125). Ao reconhecer as múltiplas dimensões da arena não estatal, chamada por ele de sociedade civil, Boaventura estabelece esferas de atuação do indivíduo, que vão do espaço doméstico ao espaço mundial, sendo cada espaço composto por elementos, relações e racionalidades próprios. Para Boaventura, é da inter-relação entre esses espaços, que se costura o conjunto real das relações entre sociedade civil e Estado. É com esse cenário, marcado pela abertura de novas possibilidades, mas que são constantemente freadas pelo jogo de força existente dentro do sistema político e econômico, que a democracia brasileira se desenvolve atualmente.

⁵ Segundo o Relatório da Secretaria de Articulação Social (op.cit.), de janeiro de 2003 a junho de 2012 foram realizadas oitenta (80) Conferências nacionais.

2 – PARTICIPAÇÃO SOCIAL COMO PRINCÍPIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O diálogo permanente entre a sociedade civil e a sociedade política foi uma constante no processo de democratização brasileira. A Constituição Federal de 1988, apelidada de “Constituição Cidadã”, consagra o princípio da participação social nos processos políticos através de um grande número de institutos (PEREZ, 2006).

Os trabalhadores e empregadores tem sua participação garantida nos colegiados públicos que deliberem ou debatam sobre interesses profissionais e previdenciários (CF 88, Artigo 10). O sistema estatal de previdência social, conforme o artigo 194 da Carta Magna assegura o caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação de trabalhadores, aposentados e empresários.

Para citar alguns exemplos, ao tratar da organização de municípios, a Constituição Cidadã prevê expressamente a cooperação de associações representativas no planejamento municipal (Art. 29).

O Planejamento da Política Agrícola (art. 187) é outro ponto que a Assembleia Constituinte entendeu envolver a participação de produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, transporte e armazenamento.

Os serviços públicos de Saúde e Assistência Social (arts. 198 e 204) contam com sistemas universais de atendimento e devem ser executados e fiscalizados com a participação da comunidade e de organizações representativas.

A Política Educacional não ficou de fora, sendo que o artigo 206 da Lei Maior determina a Gestão Democrática, na forma da Lei.

Outros interesses difusos como a proteção do patrimônio cultural, do meio ambiente e do cuidado com a Criança e o Adolescente, são funções governamentais executadas mediante a colaboração do Poder Público com a comunidade (Artigos 216, 225 e 227 CF 88).

Além dessas referências temáticas, podemos enumerar outros mecanismos de incentivo à participação: Referendo, Plebiscito e Iniciativa Popular em todos os níveis (Art. 14); Ação Direta de Inconstitucionalidade através de partido político ou Associação de Classe (Art. 103); Audiências públicas e Conferências; Conselhos e Comitês gestores. Nas legislações infraconstitucionais o número de referências a mecanismos de participação é cada vez mais expressivo (PEREZ, 2006).

Ao se abrir para o diálogo mais sistemático com a sociedade civil, a sociedade política passou a ser marcada pelo fortalecimento de uma cultura de democracia

participativa. Nesse sentido, segundo Chevallier (CHEVALLIER *apud* PEREZ, 2006) a Administração Pública se incumbe de harmonizar o comportamento dos atores sociais, ao invés de tentar substituir a vontade dos mesmos. Através de técnicas de incitação e mobilização à participação, a Sociedade Política deve buscar a adesão – e, portanto, a legitimação - dos cidadãos às políticas governamentais.

O incremento na tecnologia de informação e o afluxo abrupto de informações disponíveis relativizou o papel da burocracia especializada, fundamental para o modelo weberiano de Estado. É essa deficiência que proporciona o descrédito crescente nas instituições representativas elitistas e o constante avanço na participação popular na Administração (PEREZ, 2006, p. 167).

Se para o sociólogo Max Weber o trinômio sobre o qual se assentava a Administração Pública era burocracia, eficiência e legitimidade, a participação vem ocupando o lugar da burocracia, ainda indispensável, mas não mais soberana (PEREZ, 2006). A função da burocracia weberiana é justamente isolar o Estado das disputas políticas que ocorrem na sociedade civil, garantindo uma gestão técnica, marcada pela impessoalidade e racionalização da eficiência. Tal teoria ignora o fato de que o técnico também é portador de uma visão de mundo e, portanto, faz parte do processo político, sem conseguir dele se retirar.

É cada vez maior a corrente daqueles que pensam que, ao invés de se afastar, a Administração Pública precisa aproximar-se dos conflitos, garantindo respostas rápidas e coerentes com a realidade. Essa condição confere às políticas e ações administrativas eficiência e legitimidade ao mesmo tempo (PEREZ, 2006 p 169). Com efeito, desde a década de 1980, o espaço público brasileiro vem se tornando mais complexo seja pelo incremento na quantidade de atores ou na diversidade dos mesmos (FARIA, 2008).

Essa abertura inclusiva do espaço público provoca mudanças comportamentais nos atores da sociedade civil que abandonam a postura de negação da institucionalidade e passam a dialogar com a sociedade política, participando dos diversos canais que passaram a ser criados. A década de 1990 assistiu uma intensa luta política no cenário brasileiro em torno da disputa de conceitos na relação público-privado e na Reforma Administrativa do Estado (FARIA, 2008; DAGNINO, 2004). No curso da luta pelo aprofundamento da democracia, dois projetos políticos - com suas dimensões ético-culturais - contrapuseram-se no seio da sociedade brasileira. Um construído pelo conjunto dos movimentos sociais, com inspiração gramsciana, denominado por Dagnino (2004) de projeto democratizante e participativo, e outro, de matriz neoliberal, com concepções e visões de mundo opostas ao primeiro. Ainda segundo Dagnino, essa

disputa, para além das diferenças nos planos económicos e políticos, opera-se, também, no plano cultural com certa semelhança na fraseologia e aparente aproximação no tocante à participação da sociedade civil, provocando confusão e despolitização. Essa relação aparentemente confluyente se desenvolve através das diferentes noções de sociedade civil, participação e cidadania.

A sociedade civil, observada pelo “projeto democratizante” como protagonista do debate político e compartilhadora do poder estatal, é enxergada pelo “projeto neoliberal” como parceira na gestão e execução de políticas públicas, em consonância com seu projeto de Estado mínimo e desresponsabilização estatal para com os direitos sociais. Para o Estado de viés neoliberal, as ONG’s são

interlocutoras representativas na medida em que detém um conhecimento específico que provém do seu vínculo (passado ou presente) com determinados setores sociais: jovens, negros, mulheres, portadores de VIH (Vírus de Imunodeficiência Humana), movimentos ambientais, etc. (DAGNINO, 2004, p.101).

A Reforma Administrativa do Estado, implantada durante o Governo de viés neoliberal de Fernando Henrique Cardoso repassou, sistematicamente, responsabilidades e serviços estatais para a execução das ONG’s e OSCIP’s (Organização Social de Interesse Público). Dessa prática decorre desvio das características da representatividade, uma vez que a autonomização política das ONG’s e OSCIPs cria uma situação peculiar onde essas organizações são responsáveis perante as agências internacionais que as financiam e o Estado que as contrata como prestadoras de serviços, mas não perante a sociedade civil, da qual se intitulam representantes, nem tampouco perante os setores sociais de cujos interesses são portadoras, ou perante qualquer outra instância de caráter propriamente público.

Outro aspecto importante é a tentativa de transformação no conceito de participação. O que, para o projeto democratizante, significa a intensificação da vida social, do debate político, da consolidação dos espaços democráticos de debate sobre as questões públicas, de construção constante de novas abordagens e gramáticas sociais, para o projeto neoliberal resume-se no exercício individual da solidariedade, que se restringe ao campo da moral e da ética.

Mais uma vez o conceito é envolvido pelas noções de mercado em substituição às noções políticas e os exemplos de participação e solidariedade passam a ser as iniciativas empreendedoras, em substituição à participação política e partilha efetiva e democrática do poder. Nesse sentido, diversos autores levantam a fragilidade da

participação quando capturada pelo mercado, a exemplo da “responsabilidade social” (PEREZ, 2006 p 174).

O terceiro elemento, e talvez o principal conceito em disputa, é a cidadania. Para o projeto neoliberal cidadania é esvaziada da participação política, que fica reduzida a arena política do Congresso e espaços formais de deliberação. Através de uma conexão entre cidadania e mercado, a cidadania passa a ser a garantia e proteção aos direitos de produtor e consumidor. Regulada pela “mão invisível”, a cidadania também irá se consolidar através das contínuas relações de produção e consumo.

Essa visão despreza que o conceito de cidadania é marcado por um processo de construção que visa a incorporação de uma nova gramática social e que depende de uma ampla reforma moral e de costumes da sociedade. De acordo com o projeto democratizante, o cidadão é aquele que tem direito a ter direitos. Ainda segunda Dagnino (2004, p.106-107), o projeto neoliberal

propõe outra forma de gestão do social. [...] o apelo à solidariedade se restringe à responsabilidade moral da sociedade, bloqueando a sua dimensão política e desmontando as referências à responsabilidade pública e ao bem público. Através desse entendimento de cidadania restrito à responsabilidade moral privada que a sociedade é chamada a se engajar no trabalho voluntário e filantrópico [...]. A cidadania é identificada com e reduzida à solidariedade para com os pobres, por sua vez, entendida no mais das vezes como mera caridade.

3 - INSTRUMENTOS DE FINANCIAMENTO DA PARTICIPAÇÃO E ANÁLISE DAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS

Devido a condições que não cabem ser analisadas neste trabalho, o Governo Lula não conseguiu compor força ou interesse suficiente para levar a cabo uma proposta de Reforma Administrativa e do Aparelho do Estado. Dessa forma, permanece vigente, com poucos aperfeiçoamentos, o arcabouço jurídico e administrativo que pressupõe parcerias entre o Estado e organizações da sociedade civil com o intuito de executar ações e projetos relacionados principalmente com as políticas sociais.

Fazem parte desse arcabouço jurídico as Organizações Sociais (O.S.), estabelecidas pela Lei nº 9.637/98 que operam através de “contratos de gestão”. Nesse caso as organizações sociais assumem porções que seriam originalmente do serviço público. Surgem da concepção de descentralização e busca pela eficácia dos serviços públicos para garantir a prestação de determinados serviços. Esse expediente administrativo tem sido usado reiteradamente na gestão dos serviços de saúde pública no Estado de São Paulo (WETZEL, 2010), por exemplo.

Além das O.S.’s, também existem as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (O.S.C.I.P). As OSCIP’s, estabelecidas pela Lei nº 9790/90, podem possuir escopo mais amplo de atuação. O próprio poder público qualifica uma Associação Civil ou Organização Não-Governamental como OSCIP. Entre Estado e OSCIP’s são estabelecidos “termos de parceria”. As parcerias são contratos que envolvem negociação de objetivos, metas e produtos.

Esses dois formatos de relação entre organizações da sociedade civil e Estado foram tipicamente inaugurados no período de hegemonia neoliberal, como vimos anteriormente. O “terceiro setor”, denominação que os teóricos liberais deram ao conjunto de organizações civis que trabalhavam em parceria com o Estado para a consecução dos fins e objetivos deste, ou ainda o ‘setor público não estatal’ se estabelece no grande vácuo deixado pelo Estado no momento de seu encolhimento, sob os princípios liberais em voga (WETZEL, 2010).

Entretanto, apesar de não ter realizado uma Reforma do Estado, o Governo Lula priorizou outras relações administrativas com a sociedade civil. O Governo editou o Decreto nº 6.170/07 que reconfigurou a antiga figura jurídica do “convênio”, usado para as relações em que os objetivos do Governo e da organização são coincidentes.

O renomado jurista administrativo Hely Lopes Meirelles define convênios como “acordos firmados por entidades públicas de qualquer espécie, ou entre estas e

organizações particulares, para realização de objetivos de interesse comum dos partícipes” (MEIRELLES, 1996).

O Decreto nº 6.170/07, estabelece que convênio é o acordo, ajuste ou qualquer outro instrumento que discipline a transferência de recursos financeiros de dotações consignadas nos Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União. Que tenha como partícipe, de um lado, órgão ou entidade da administração pública federal, direta ou indireta, e, de outro lado, órgão ou entidade da administração pública estadual, distrital ou municipal, direta ou indireta, ou ainda, entidades privadas sem fins lucrativos, visando à execução de programa de governo, envolvendo a realização de projeto, atividade, serviço, aquisição de bens ou evento de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação. Em outras palavras, é a execução descentralizada de programa de trabalho a cargo da administração pública (WETZEL, 2010).

Ainda de acordo com a Instrução Normativa nº 01/97, da Secretaria do Tesouro Nacional, convênio é

instrumento qualquer que discipline a transferência de recursos públicos e tenha como partícipe órgão da administração pública federal direta, autárquica ou fundacional, empresa pública ou sociedade de economia mista que estejam gerindo recursos dos orçamentos da União, visando à execução de programas de trabalho, projeto/atividade ou evento de interesse recíproco, em regime de mútua colaboração.

É importante destacar que no caso dos convênios o recurso eventualmente repassado pela Administração Pública ao ente privado não perde a sua característica de dinheiro público, somente podendo ser aplicado diretamente na realização do objeto do convênio, devendo ser prestadas contas ao ente repassador e submetida à prestação de contas ao Tribunal de Contas competente.

Outra característica importante dessa relação é que o convênio pode ser estabelecido sem processo licitatório, uma vez que não existe competição ao se falar em cooperação mútua. Essa colaboração pode acontecer sob a forma de repasse de verbas, uso de equipamentos, uso de recursos humanos, transferência de conhecimento e *know-how* e outras variadas formas, expressas no Plano de Trabalho.

O Convênio é formalizado mediante termo, com preâmbulo, texto e fecho. Deve apresentar uma correta descrição do objeto, com a necessidade pública que se quer atender, sendo vedada uma descrição vaga ou imprecisa. O “plano de trabalho” deve ser aprovado pela organização interessada com a descrição completa do objeto, das metas a serem atingidas, quais as etapas ou fases da execução, com previsão de início e fim,

com plano de aplicação dos recursos a serem desembolsados pelo ente público e a contrapartida financeira do proponente e com cronograma de desembolso, tudo como forma de assegurar o bom emprego e administração dos recursos públicos.

A Instrução Normativa nº 01/97 estipula os pormenores da execução, fiscalização e eficácia, vedações e condições para a execução dos convênios. Cabe ressaltar que se constatada alguma irregularidade, o ente público deve instaurar processo de Tomada de Contas Especial para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano provocado ao erário público.

Outro ponto importante de ser destacado é que, a partir do decreto nº 6.170/07, a União criou o Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse, o SICONV. O SICONV organiza toda a informação e informatizar a elaboração de convênios, disponibilizando todas as normas, chamadas públicas, planos de trabalho, contrapartidas, projetos básicos, termos de referência e outras informações necessárias para a elaboração de convênios.

Resta ressaltar, também, que o Portal da Transparência disponibiliza o acesso a todas as informações relativas aos convênios assinados entre a União e as Organizações da Sociedade Civil.

Destacamos que o Convênio, por si só, não representa dispêndio de dinheiro público. Como nos ensina Rigolin⁶, “Se algum gasto precisar existir, a ser pago com a verba oriunda de algum convênio, terá sido por força de algum *contrato* que a parte conveniente, que recebeu o dinheiro, celebrou com alguém de fora do convênio, o que lhe permitirá gastar aqueles recursos”. E continua,

O convênio é, sim, oneroso, porém isto significando que quem recebe o dinheiro tem o ônus de gastá-lo única e exclusivamente no plano de aplicação do convênio, no plano de trabalho, relativo ao seu objeto, e em nada mais. Enquanto permanecer no convênio, e enquanto receber recursos para atender ao seu objetivo, o único ônus de quem os recebe é despendê-los rigorosamente segundo o programa de gastos do convênio, e nenhum além desse – *ou então devolver, intocados e incólumes, aqueles mesmos recursos*.

⁶ RIGOLIN, Ivan Barbosa. *Desmistificando os convênios*. Disponível em www.acopesp.org.br/artigos/indice.htm

3.1 – TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS: BREVE ANÁLISE

Dada a identidade política entre o Governo Lula e os Movimentos Sociais, como desenvolvemos em momento posterior deste estudo, era previsível que o instrumento do convênio fosse mais largamente utilizado e aperfeiçoado, uma vez que os objetivos e programas de governo se coadunam com as reivindicações apresentadas pelos movimentos sociais. Nesse diapasão, alguns aspectos e atividades dos movimentos sociais foram institucionalizados para que pudessem ser estabelecidos convênios para a execução de seus objetivos comuns.

De acordo com dados do Portal da Transparência⁷, a União Federal realizou as seguintes Transferências Voluntárias de Recursos para as Entidades Sem Fins Lucrativos:

TABELA 1 – TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS REALIZADAS PELA UNIÃO DE 2004 A 2011

ANO	Total de Transferências	Valor para Sociedade Civil	Percentual
2004	R\$ 105.818.249.263,80	R\$ 1.923.784.323,61	1,81%
2005	R\$ 120.460.267.670,41	R\$ 2.483.893.844,79	2,06%
2006	R\$ 144.827.545.210,56	R\$ 2.885.399.226,56	1,99%
2007	R\$ 165.034.755.952,71	R\$ 3.338.964.540,86	2,02%
2008	R\$ 203.766.062.325,61	R\$ 3.452.959.149,01	1,69%
2009	R\$ 209.364.793.984,53	R\$ 3.844.950.930,95	1,83%
2010	R\$ 232.525.320.910,76	R\$ 5.390.872.610,35	2,31%
2011	R\$ 265.087.732.011,67	R\$ 4.394.470.273,54	1,65%

Fonte: Portal da Transparência. www.transparencia.gov.br – Último acesso em 20/08/2012

Como podemos perceber, apesar das altas cifras, o percentual de recursos transferidos às Entidades Cíveis sem fins lucrativos é irrisório perto do montante de recursos transferidos aos entes federados e Fundos independentes dos Estados e municípios.

Para uma breve análise tomaremos o ano de 2011, primeiro ano do Governo Dilma, marcado por uma larga campanha dos grandes veículos de comunicação e dos partidos de oposição⁸ sobre desvios de recursos e malversação do dinheiro público nos convênios com organizações da Sociedade Civil.

⁷ É importante ressaltar que até o Governo Lula inexistia qualquer ferramenta moderna e minimamente acessível de controle e transparência dos gastos governamentais.

⁸ Ver Anexo 1

TABELA 2 – TIPOS DE TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DA UNIÃO EM 2011

Tipo de Transferência (2011)	Valor (R\$)	Percentual
Entes Governamentais	233.871.830.036,52	88,22%
Pessoas Jurídicas (Fundos)	9.526.992.711,61	3,59%
Entidades sem Fins Lucrativos	4.394.970.273,54	1,65%
Pessoas Físicas (Bolsa Família)	17.294.438.990,00	6,52%
TOTAL	265.087.732.011,67	99,99%

Fonte: Portal da Transparência. www.transparencia.gov.br – Último acesso em 20/08/2012

Ao selecionarmos os dados sobre transferências para entidades sem fins lucrativos e ordenarmos pelos maiores valores repassados, encontraremos nas quinze primeiras posições:

TABELA 3 – MAIORES TRANSFERÊNCIAS A ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS EM 2011

#	Razão social [Nome Fantasia]	Total no Ano (R\$)
1	FUNDACAO BUTANTAN	362.121.837,40
2	REDE NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA - RNP	181.067.211,45
3	SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL SENAI [SENAI]	129.720.803,53
4	ASSOCIACAO PROGRAMA UM MILHAO DE CISTERNAS PARA O SEMI-ARIDO [AP1MC]	93.128.539,27
5	ASSOCIACAO BRASILEIRA DE TECNOLOGIA DE LUZ SINCROTRON	91.680.000,00
6	SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL SENAC	82.744.193,50
7	MISSAO EVANGELICA CAIUA [MISSAO CAIUA]	71.027.011,29
8	ASSOCIACAO INSTITUTO NACIONAL DE MATEMATICA PURA E APLICADA	69.963.822,00
9	FUNDACAO DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA	52.570.114,26
10	PARTIDO DOS TRABALHADORES [PT DIRETORIO NACIONAL]	51.165.935,51
11	FUNDACAO DE APOIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RGS [FAURGS]	46.952.781,28
12	PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRATICO BRASILEIRO - DIRETORIO NACIONAL [PMDB]	39.585.144,48
13	ASSOCIACAO DE COMUNICACAO EDUCATIVA ROQUETTE PINTO [ACERP]	37.000.000,00
14	FUNDACAO GETULIO VARGAS	36.324.685,85
15	PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA [PSDB-DIRETORIO NACIONAL-DF]	35.863.459,36

Fonte: Portal da Transparência. www.transparencia.gov.br – Último acesso em 20/08/2012

Entre as maiores transferências feitas pela União, podemos perceber os “insuspeitos” de cooptação SENAC e SENAI. Também figuram entre as maiores transferências feitas pela União no ano de 2011 as Fundações de pesquisa, lideradas pela Fundação Butantan, que sempre se repete como campeã de transferências na lista das entidades sem fins lucrativos.

Também encontraremos nas primeiras posições, fato que se repete ao longo dos anos, o Diretório Nacional do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), que lidera a oposição institucional ao Governo Lula e ao Governo Dilma.

Por outro lado, entidades tradicionais do Movimento Social como a União Nacional dos Estudantes (UNE)⁹, não aparecem sequer uma vez na lista de transferências feitas em 2011, apesar dos ataques dos grandes veículos de comunicação¹⁰ como o jornal o Estado de São Paulo, a Revista VEJA, a Revista PIAUÍ e outros.

O Portal da Transparência é a principal ferramenta de *accountability*, ou seja, de controle público sobre as contas da União. Conta com os dados de todas as despesas e receitas governamentais, bem como com a identificação de cada dispêndio efetuado pelo erário público.

Entretanto, a mera existência dessa ferramenta não previne a sociedade civil e política da malversação do dinheiro público. Com efeito, em setembro de 2010 o Governo Dilma editou medidas limitando a capacidade de conveniar entre a Administração Federal e Organizações da Sociedade Civil após longa campanha de denúncias sobre malversação do dinheiro conveniado e falta de condições para fiscalização e punição dessas Organizações e seus dirigentes.

O Governo organizou um grupo que formatará uma proposta de marco regulatório para as organizações não governamentais. Até lá, o trabalho de muitas Organizações da Sociedade Civil ficam prejudicados, bem como os interesses e proteções constitucionais executados por eles.

Outra inovação correlata a esse processo é a Lei de Acesso à Informação Pública (Lei 12.527/2011). Aprofundando o espírito republicano proposto pelo Portal da Transparência, o Governo Federal sancionou Lei que determina a publicação de todos os dados (brutos e tratados) e informações que sejam de interesse dos cidadãos e relativas à Administração dos bens e recursos públicos.

⁹ Escolhemos a UNE como referência por ser uma organização tradicional do Movimento Social, de caráter político plural (o que não acontece mais com as Centrais Sindicais e outros Movimentos Sociais Urbanos) e com administração centralizada (o que não acontece com os Movimentos Sociais rurais).

¹⁰ Ver no ANEXO 1

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação de financiamento entre atividades da sociedade civil e o poder público existe desde que pensamos no momento de formação dos Estados moderno. O Estado atual funciona como mecanismo de (re)distribuição e (re)alocação da renda e da riqueza na sociedade, de acordo com os objetivos definidos na Constituição e nos documentos orçamentários. Ao contrário do mercado, que tende a distribuir a renda de maneira a concentrá-la, o Estado ao financiar e executar políticas sociais promove distribuição de renda para desconcentrá-la.

Para aqueles que pensam a sociedade civil e o Estado através do ponto de vista gramsciano, ou seja, em relação de complemento e não de oposição, não há qualquer motivo para condenar a transferência de recursos do Estado para as organizações da sociedade civil quando feitas conforme os trâmites legais.

Em ocasiões em que a sociedade política tem relação de identidade com o setor industrial são pródigas as isenções tributárias e os subsídios, bem como as linhas especiais de crédito. Todas essas ações são, também, formas de financiamento público. O mesmo pode-se dizer da reserva fiscal para o pagamento de títulos da dívida pública, também chamado de *superávit fiscal*, que privilegia a transferência de recursos orçamentários a membros e organizações do setor financeiro.

Também são financiadas, sob o título de “liberdade”, as atividades da imprensa comercial e das Associações religiosas, que são imunes à tributação.

A democracia é a gramática social que permite que novos setores sociais ascendam ao poder e encontrem formas de efetuar suas ações, programas e projetos através do aparelho estatal, sem que isso signifique romper com os princípios da Administração Pública, especialmente a Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.

O primeiro ano do Governo Dilma Rousseff, sucessora de Lula, tem como marca o debate nacional que se estabeleceu na sociedade sobre a relação de financiamento entre Estado e sociedade civil, a partir de suspeitas de malversação do dinheiro público em vários ministérios.

Os partidos de oposição, municiados pelas grandes empresas de comunicação, buscam utilizar essa relação como nova roupagem para sua antiga tática de criminalização dos movimentos sociais.

De fato, os movimentos sociais encontraram nas Organizações Não Governamentais uma forma aceita socialmente de desenvolver parte de seus projetos. ONGs voltaram a ser criadas e utilizadas como entidades de apoio e execução dos movimentos sociais, correspondendo a alguns aspectos dos movimentos, como pesquisa, formação, profissionalização, divulgação e outras funções importantes e diversificadas. Dessa forma, encontraram um canal de financiamento importante através dos convênios com o Governo Federal e com outras unidades administrativas subnacionais.

A história de luta conjunta e de identidade programática trouxe à agenda do Governo Federal preocupações históricas dos movimentos sociais. Essas preocupações transformaram-se em programas e projetos dos diversos ministérios. O mesmo acontece na administração de entes subnacionais quando ascendem ao Governo forças com identidade de propósitos e interesses ao conjunto dos movimentos sociais.

Isso não corresponde à institucionalização do movimento. Ao contrário, trata-se do almejado processo de participação proposto por Rousseau, Cole, Pateman, e outros teóricos da democracia participativa que discutimos neste estudo. Muito menos, poderíamos dizer que esse seria um processo deliberado de cooptação e compra de apoio político como acusa leviana e repetidamente parte da grande imprensa brasileira.

Retomando o exemplo da União Nacional dos Estudantes (UNE), apesar de ter recebido, entre 2010 e 2011, mais de 40 milhões de reais como indenização pelas ações do Estado Brasileiro à época da ditadura, a União Nacional dos Estudantes manteve-se neutra nas eleições presidenciais de 2010; promoveu campanhas de larga mobilização por mais investimentos na Educação¹¹; manteve sua postura crítica à Política Econômica e ao alto patamar de juros; realizou um movimento denominado “Ocupe Brasília”, mobilizando milhares de jovens na capital do país; coordenou a ação estudantil na Greve das Federais de 2012¹². Em outras palavras, apesar da opinião publicada em alguns veículos de comunicação – financiados pelo Estado através da imunidade de impostos – a União Nacional dos Estudantes manteve suas atividades políticas normalmente, conforme suas resoluções congressuais.

¹¹ As bandeiras principais da UNE nesse período são ligadas ao financiamento do Ensino Superior, defendendo a meta de investimento de 10% do PIB na área de Educação e a destinação de 50% do Fundo Social formado pelos royalties do Pré-Sal para Educação, Ciência e Tecnologia.

¹² Ver no Anexo 1

A partir dos dados levantados e das definições desfiladas, é factível afirmar que mediante a enorme concentração de renda que ainda caracteriza nosso país, a participação social deve ser financiada pelo erário, garantindo o acesso de setores sociais economicamente hipossuficientes e de suas organizações.

Longe de ser uma questão fechada, essa análise precisa de complemento e aprofundamento, pois o debate é atual e candente, tendo sido, inclusive, uma das principais discussões do 1º Seminário Nacional de Participação Social, organizado pela Secretaria Geral da Presidência da República em Brasília, nos dias 27 e 28 de outubro de 2011, com ativa participação dos alunos deste programa.

A Sociedade Brasileira necessita de uma ampla reforma política, eleitoral e do aparelho do Estado que consiga ajustar a máquina governamental para exercer o papel de indutor do desenvolvimento de novas cadeias produtivas e para garantir o acesso de todos os brasileiros aos seus direitos sociais, inclusive à participação política. Como parte dessa reforma, é preciso um novo marco legal das ONG's e também a formatação de um Sistema Nacional de Participação, acompanhado dos adequados canais de financiamento, estímulo e emulação. A academia precisa apresentar suas razões e luzes como contribuição ao debate. Esse é o objetivo deste curso e a proposta de contribuição deste trabalho.

BIBLIOGRAFIA

AVRITZER, Leonardo. “Teoria democrática e deliberação pública”. *Lua Nova*, São Paulo, v 49: 25-46, 2000.

_____. “Sociedade Civil, Instituições Participativas e Representação: Da Autorização à Legitimidade da Ação”. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 50, no 3, 2007, pp. 443 a 464. Disponível em <http://www.scielo.br>

BOBBIO, Norberto. Ensaio sobre Gramsci e o conceito de Sociedade Civil. Marco Aurélio Nogueira e Carlos Nelson Coutinho (trad.). São Paulo: Paz e Terra, 1999

COUTINHO, Carlos Nelson. De Rousseau a Gramsci: ensaios de teoria política. São Paulo: Boitempo, 2011

DAGNINO, Evelina. Anos 90 – Política e Sociedade no Brasil (org.). Ed. Brasiliense, 1994. Pág. 103-115.

DAGNINO, Evelina (2004) “¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?” In: Daniel Mato (coord.), *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela.

DUSSEL, Enrique. 20 tesis de política. México: Siglo XXI: Centro de cooperación regional para la educación de adultos em América Latina y el Caribe, 2006.

FARIA, Cláudia Feres. “Democracia deliberativa: Habermas, Cohen e Bohman”. *Lua Nova*, São Paulo, v 49: 47-68, 2000. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 50, no 3, 2007, pp. 443 a 464.

_____, Cláudia Feres e **RIBEIRO**, Uriella Coelho. “Entre o real e o legal: O que dizem as variáveis institucionais sobre os Conselhos Municipais de Políticas Públicas?” In: Avritzer, Leonardo(org). *A dinâmica da participação local no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2010.

_____, Cláudia Feres. Os determinantes da efetividade democrática da Participação social. Texto escrito para a disciplina Democracia Políticas públicas e participação, 2008.

GOHN, Maria da Glória. *O Protagonismo da Sociedade Civil: Movimentos Sociais, ONGs e redes solidárias*. São Paulo. Ed. Cortez, 2005.

GRAMSCI, Antonio. Cartas do Cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005 v.2

MARX, K. e **ENGELS**, F. A Ideologia Alemã. Lisboa: Editorial Presença, 1974 v.1

MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. 36ª ed. Malheiros, 1996.

OLIVEIRA, Nelcilândia Pereira. A Importância da gestão de transferências voluntárias na redução da pobreza. Publicado no III Congresso CONSAD de Gestão Pública, Brasília, 2010.

PATEMAN, Carole. Participação e Teoria Democrática. Luiz Paulo Rouanet (trad.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PEREZ, Marco Augusto. A participação da sociedade na formulação, decisão e execução de políticas públicas *in* BUCCI, Maria Paula Dallari. As políticas públicas e o Direito Administrativo. Revista Trimestral de Direito Público, n. 13, São Paulo: Malheiros, 1996.

RIGOLIN, Ivan Barbosa. *Desmistificando os convênios*. Disponível em www.acopesp.org.br/artigos/indice.htm. Último acesso em 20/08/2012.

SANTOS, Boaventura de Souza. Pela Mão de Alice. O Social e o Político na Pós-Modernidade. Edições Afrontamento, 7ª Edição. Porto, 1999

SANTOS, Boaventura de Sousa; AVRITZER, Leonardo. Para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Democratizar a democracia**. Os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SCHERER-WARREN, Ilse. Movimentos Sociais e pós-colonialismo na América Latina. Revista Ciências Sociais Unisinos, Vol. 46, n.1, janeiro-abril 2010, pág. 18-27. São Leopoldo, 2010.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das Ações Coletivas às redes de Movimentos Sociais, 2006.

SCHUMPETER, Joseph A. Capitalismo, Socialismo e Democracia. Ruy Jungmann (trad.). Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

STARLING, Heloisa. “Apontamentos sobre o republicanismo”. In: AVRITZER, Leonardo et alli. *Democracia, República e Participação: Programa de Formação de Conselheiros Nacionais*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

TILLY, Charles; **WOOD**, Lesley. Los Movimientos Sociales 1768-2009: Desde suas origenes a facebook. Editorial Crítica, 2009 – 368 páginas.

WETZEL, Daniele de Freitas. *A relação do Terceiro Setor com o Poder Público*. Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Administração Pública. Fundação Getúlio Vargas, 2010.

ANEXO 1

Publicações referentes à cooptação de Movimentos Sociais (UNE)

UNE recebe R\$ 30 milhões, mas nova sede no Rio não sai do papel

Entidade comandada pelo PC do B ainda não levou adiante a construção do edifício com dinheiro da indenização pelos danos sofridos durante o regime militar

Luciana Nunes Leal e Bruno Boghossian, de O Estado de S.Paulo

RIO - Comandada por dirigentes ligados ao PC do B desde que voltou à atividade formal, em 1979, a União Nacional dos Estudantes (UNE) ainda não tirou do papel o prédio de 12 andares que promete construir em um dos melhores pontos da Praia do Flamengo (zona sul) com os R\$ 44,6 milhões a que tem direito como indenização pelos danos sofridos durante o regime militar. Embora a União tenha pago R\$ 30 milhões aos estudantes em dezembro passado, quando o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva participou do lançamento da pedra fundamental da obra, o terreno continua intacto. Os outros R\$ 14,6 milhões estão prometidos pela presidente Dilma Rousseff desde o início do ano, mas ainda não foram liberados.

Além dos R\$ 30 milhões da indenização, a UNE recebeu, durante os dois mandatos de Lula, R\$ 12,8 milhões da União, graças a convênios com instituições federais, inclusive o Ministério do Esporte, entregue ao PC do B desde o início do governo petista. O valor é 11,6 vezes maior que o R\$ 1,1 milhão liberado nos dois governos do tucano Fernando Henrique Cardoso. Houve repasses apenas em 1995, de R\$ 100 mil, e em 2002, de R\$ 1 milhão.

Levantamento do site *Contas Abertas*, com base no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), mostra que os convênios da UNE com o Ministério do Esporte renderam repasses de quase R\$ 450 mil, em 2004 e em 2009. O convênio de 2009, no valor de R\$ 250 mil, prevê "capacitação de gestores de esporte e de lazer". O de 2004 somou R\$ 199,6 mil, para "promoções de eventos de esporte educacional".

O Ministério que fez os maiores repasses à UNE foi o da Cultura, somando R\$ 8,5 milhões. Um dos maiores convênios, de 2009, no valor de R\$ 1,459 milhão, concedeu "apoio financeiro ao projeto `atividades culturais e artísticas da UNE'". No mesmo ano, foram repassados R\$ 786,5 mil para "realização de shows de música popular brasileira e debates nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro". O Ministério da Saúde, somente em 2008, repassou R\$ 2,8 milhões para programa de "apoio à educação de trabalhadores do Sistema Único de Saúde (SUS)", segundo o Contas Abertas.

Por causa dos altos valores repassados à UNE nos últimos anos, o procurador Marinus Marsico, representante do Ministério Público no Tribunal de Contas da União

(TCU), pediu aos ministérios informações e cópias das prestações de contas dos universitários. Segundo a assessoria de imprensa do TCU, os esclarecimentos das instituições federais serão analisados quando o procurador voltar de férias, na próxima semana. Marinus Marsico poderá pedir mais informações, apresentar um pedido de investigação ao TCU ou encerrar o procedimento, se entender que as prestações de contas foram satisfatórias.

Em resposta às perguntas encaminhadas pelo **Estado**, a direção da UNE detalhou vários convênios firmados com o governo Lula, como os programas Roda a Rede e Sempre Jovem e Sexagenária, com o Ministério da Cultura, a Caravana de Saúde, Educação e Cultura, com o Ministério da Saúde, e atividades esportivas na 6ª Bienal de Arte e Cultura da UNE, em Salvador, em 2009, com o Ministério do Esporte. "Todos os convênios são públicos e estão disponíveis para consulta pública. Todos os recursos foram utilizados na realização de atividades que a UNE organiza, como congressos e bienais de cultura", diz a nota. Segundo a assessoria de imprensa, os estudantes não receberam até agora nenhuma notificação ou pedido de informações do TCU.

A UNE nega que os altos valores dos convênios nos últimos anos tenham ligação com a chegada de um aliado ao poder. "Não existe essa relação. Tivemos convênios também com o governo anterior", diz. A nota insiste que "não existe ligação ou vínculo da UNE com partidos políticos" e lembra que tem "filiados a todos os partidos, inclusive PSDB e DEM, e também aqueles que não possuem nenhum tipo de filiação".

Segundo a direção da UNE, as obras na Praia do Flamengo começarão no primeiro semestre de 2012. "Pelas dimensões de um projeto do porte da nova sede da UNE, os prazos estão dentro de nossa expectativa", diz direção da UNE. O orçamento final, informa, ainda não foi calculado.

Em 2010, o único repasse federal registrado no Siafi foi a indenização de R\$ 30 milhões que, segundo a UNE, serão usados na construção do edifício da Praia do Flamengo. O projeto foi um presente do arquiteto Oscar Niemeyer, histórico militante comunista que completa 104 anos em dezembro. O prédio terá ainda um museu, um centro cultural e um teatro sob a administração dos estudantes.

O mais provável é que a UNE e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) ocupem dois pavimentos e os demais sejam alugados. A estimativa no mercado imobiliário é que o aluguel dos dez andares renda pelo menos R\$ 3 milhões anuais. Até agora, no entanto, o que existe é apenas o terreno vazio e um enorme cartaz em homenagem ao ex-dirigente da UNE Honestino Guimarães, desaparecido

durante a ditadura. O casarão que ocupava o terreno funcionou como sede da UNE até 1964, quando foi incendiado, logo depois do golpe militar. Em 1980, os restos do casarão foram demolidos pela ditadura. Há mais de vinte anos a UNE se instalou na sede da Vila Mariana, em São Paulo.

Responsável pelo projeto técnico da obra, já concluído, o arquiteto João Niemeyer, sobrinho de Oscar, disse que em poucos dias deverá ser emitida a licença de obra definitiva pela prefeitura, e as obras poderão começar assim que a UNE der o sinal verde.

UNE fará marcha em Brasília com 44 DCEs de federais em greve

Ato que vai terminar diante do MEC tem apoio de entidades como Andes e MST

A União Nacional dos Estudantes quer mobilizar nesta terça-feira (26) alunos em favor da greve nas universidades federais. A UNE convocou a Brasília representantes de 44 Diretórios Centrais dos Estudantes de universidades para uma marcha que se concentrará às 9 horas diante da Biblioteca Nacional, seguindo depois até o Ministério da Educação.

Os estudantes esperam ser recebidos pelo ministro Aloizio Mercadante, para entregar a ele uma lista de reivindicações que prevê a ampliação da assistência estudantil, melhoria da estrutura das universidades, mais restaurantes universitários, creches, moradias, bolsas e outras formas de auxílio para garantir a permanência dos alunos e a qualidade nas instituições de ensino superior.

A UNE promete levar ao ministro um relatório detalhado sobre a situação de cada uma das 44 universidades presentes na manifestação, como forma de alertar para a necessidade de melhorias e valorização do setor.

Também participam da passeata entidades como a Associação Nacional dos Docentes no Ensino Superior (Andes), o Fórum de Professores das Instituições Federais de Ensino Superior (Proffes) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

“O que os estudantes querem é um novo ciclo de investimentos para a universidade brasileira, de forma a promover uma verdadeira reforma universitária, para que essas instituições estejam mais qualificadas, democráticas e prontas para receber o povo brasileiro”, diz o presidente da UNE, Daniel Iliescu.

'Ocupe Brasília' sobe para 220 estudantes

Manifestantes pedem 10% do PIB para Educação; projeto no Congresso é subir de 5% para 8%

Agência Brasil

BRASÍLIA - Cerca de 220 estudantes de 23 estados continuam acampados na Esplanada dos Ministérios, em frente ao Congresso Nacional. Eles reivindicam que o Plano Nacional de Educação (PNE) assegure investimentos de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro para o setor. O movimento Ocupe Brasília pretende reunir cerca de 300 estudantes em algum ponto próximo ao Congresso até o fim da semana.

O relator do PNE, deputado Angelo Vanhoni (PT-PR), definiu o percentual de 8% do PIB como meta de investimento em educação no prazo de dez anos. Para a nova presidenta da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), Manuela Braga, essa meta não é suficiente para resolução dos problemas e melhoria da educação do país. "Continuamos com a nossa luta a favor de pelo menos 10% do Produto Interno Bruto (PIB), para que possamos ter uma educação digna no nosso país."

Durante sua posse, em uma tenda montada no gramado da Esplanada, Manuela destacou que o movimento em favor da educação já registrava conquistas. "Nosso acampamento teve início vitorioso. Logo no primeiro dia, foi aprovada, na Comissão de Educação do Senado, a destinação de 50% do Fundo Social do pré-sal para o setor. Isso foi uma grande vitória, porém ainda temos muitos desafios a vencer."

A comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado aprovou, na última terça-feira (6), por unanimidade, o projeto de lei que destina às áreas de educação e de ciência e tecnologia metade dos recursos do Fundo Social.

Ontem (7), os estudantes realizaram uma blitz na Câmara e no Senado. Eles visitaram os gabinetes dos parlamentares para cobrar apoio às suas reivindicações. Além da destinação de 10% do PIB para a educação, eles querem a aprovação do Estatuto da Juventude e defendem a inclusão da meia-entrada para estudantes na Copa do Mundo de 2014.

Os acampados também realizaram pedágios nas avenidas que cortam a Esplanada,

com objetivo de arrecadar dinheiro para compra de alimentos, produtos de limpeza e materiais de confecção de cartazes.

Marcha da UNE em Brasília reúne 2,5 mil estudantes

Manifestação pede 10% do PIB para educação; a dirigente estudantil chilena Camila Vallejo participou do protesto

Carlos Lordelo - Estadão.edu

A União Nacional dos Estudantes (UNE) promoveu na manhã desta quarta-feira, em Brasília, uma manifestação para defender, entre outros pontos, investimento de 10% do PIB na educação e melhorias na assistência estudantil. O protesto contou com a participação de Camila Vallejo, presidente da Federação de Estudantes da Universidade do Chile (Fech).

Wilson Dias/Agência Brasil

A chilena Camila Vallejo apoiou presidente da UNE, Daniel Iliescu, durante manifestação

O ato começou com a lavagem simbólica da entrada do Banco Central. Em meio a palavras de ordem contra a taxa de juros, os estudantes, com ajuda de um carro-pipa, jogaram sabão em pó e usaram vassouras para escovar o chão.

Depois os participantes seguiram em passeata até o gramado em frente ao Congresso Nacional, onde continuaram a reivindicar, por exemplo, 50% do fundo social do pré-sal para investimentos em educação. Segundo estimativa da Polícia Militar, o protesto reuniu 2,5 mil pessoas na Esplanada dos Ministérios - a UNE fala em 20 mil.

Chile. Camila Vallejo, considerada a musa do movimento estudantil chileno, participou da manifestação. Ela falou aos brasileiros sobre a situação de seu país, onde alunos do ensino fundamental ao superior ocupam escolas e fazem barricadas para exigir do governo federal educação pública e gratuita. [Na semana passada, o presidente da UNE, Daniel Iliescu, foi a Santiago apoiar a causa dos colegas chilenos.](#)

Para Iliescu, embora os atos realizados no Brasil atraíam menos participantes, os jovens daqui são "muito participativos". "O número de 20 mil pessoas aqui hoje, somado às mobilizações que têm ocorrido no País, é muito expressivo. O que não nos isenta da vontade de colocar milhares, milhões na rua, para manifestar nossos interesses."

O presidente da UNE disse ainda que a situação no Chile é atípica e lembra o movimento que ocorreu em 1992 por aqui, quando milhares de jovens pintaram os rostos e pediram o impeachment do presidente Fernando Collor de Mello. "O presidente do Chile (*Sebastian Piñera*) está comprometido com uma agenda lesiva a seu país."

UNE cobra de Dilma mais recursos para a educação

Entidade, ao lado da Ubes, quer aumentar de 7% para 10% do PIB investimento no setor

Agência Brasil

Ao receber nesta quinta-feira representantes da União Nacional dos Estudantes (UNE) e da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), a presidente Dilma Rousseff manifestou simpatia pelas reivindicações dos estudantes. As entidades defendem mais investimentos na educação e a mudança de alguns pontos do Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação (PNDE).

No entanto, Dilma ressaltou que as mudanças no PNDE devem ser debatidas no Congresso Nacional.

O plano prevê o investimento de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) em educação até 2020.

Os estudantes querem que esse percentual seja de 10%, conforme deliberado na Conferência Nacional de Educação.

Outro ponto defendido pelas lideranças estudantis foi a ampliação para 50% do percentual do Fundo Social do Pré-Sal que será destinado à educação.

“Ela (Dilma) não se comprometeu diretamente (com as reivindicações), mas se mostrou favorável à ideia de aprovar o padrão de financiamento”, disse o presidente da UNE, Augusto Chagas.

“Saímos confiantes em relação ao pré-sal. Se conquistarmos isso no Congresso Nacional, acreditamos que ela não vetará”, acrescentou.

“Vamos continuar a mobilização e fazer passeatas até o Congresso Nacional aprovar um plano nacional que contenha as reivindicações do movimento estudantil. Caso contrário, apenas em 2020 voltaremos a essa discussão sobre investimentos. E a qualidade da educação está diretamente ligada aos investimentos”, argumentou o presidente da Ubes, Yann Evanovick.

'Cliente' de Lula, UNE resiste a pressão para declarar apoio a Dilma

Presidente da União Nacional dos Estudantes defende repasse de verbas e analisa governos Lula e Serra

Luís Fernando Bovo, do estadão.com.br

Na galeria de seus ex-presidentes, a União Nacional dos Estudantes (UNE) ostenta a foto do pré-candidato do PSDB José Serra. Entre 1963 e 1964, o tucano que vai disputar a sucessão de Lula comandou a entidade estudantil, partindo para o exílio enquanto estava no posto. Hoje, 46 anos depois e com R\$ 10 milhões em verbas federais no cofre, a organização tenta conter a forte pressão para declarar apoio formal à Dilma Rousseff (PT), candidata de Lula e rival de Serra na corrida presidencial.

A maioria das correntes internas da UNE vai defender durante o 58º Conselho Nacional de Entidades Gerais (Coneg), que acontece no Rio entre quinta-feira, 22, e domingo, 25, o apoio declarado à Dilma. Resta saber se eles vão conseguir convencer os demais. "A minha opinião é que a UNE tem que manter uma postura de mais independência no pleito, sem declarar apoio formal a nenhum dos candidatos", diz o presidente, Augusto Chagas. A única vez em que a UNE declarou apoio formal a um candidato foi em 2002, no segundo turno, quando a entidade optou por Lula após um plebiscito.

Na entrevista a seguir, ele detalha a pressão que a UNE vem enfrentando, fala sobre os repasses federais, analisa o governo Lula ("políticas sociais têm se consolidado") e o governo Serra ("a relação que manteve com movimentos sociais foi trágica") e defende o controle social da mídia.

A UNE está avaliando a possibilidade de declarar apoio a um candidato nas eleições. Como está essa discussão?

É uma polêmica que sempre reaparece. O Coneg tem por objetivo justamente debater a postura que a UNE vai ter nas eleições. A nossa diretoria é muito plural. Se você pegar as quatro pré-candidaturas presidenciais, todas têm jovens representados na UNE. No Coneg, vamos identificar os temas que acreditamos que precisam ser debatidos na eleição. A polêmica que vai aparecer é o que fazer com esse programa. Tem algumas pessoas que vão defender que a UNE tem que declarar apoio a determinado candidato por acreditar que ele tem mais condições de implementar o

programa proposto pelos estudantes. E tem outra opinião, que é a minha, que eu vou defender. Acho que a UNE tem que se manter neutra, numa postura de mais independência no pleito. Ao declarar apoio a um determinado candidato, todos esses outros dirigentes da organização que se identificam com outro postulante passam a interagir de maneira menos concreta com o dia a dia da entidade.

A pressão maior é pelo apoio a Dilma Rousseff?

Há muitas organizações que compõem a UNE e que defendem a candidatura de Dilma. A maioria das correntes que compõem a direção UNE está também na base do governo.

Você falou em independência. A UNE recebeu R\$ 10 milhões em verbas federais nos últimos 5 anos. A independência não fica comprometida?

O que a UNE procurou fazer foi ocupar um espaço que foi aberto com a eleição do Lula. No período do governo FHC, a UNE tinha dificuldade de diálogo. Nunca havia sido recebida pelo ministro da Educação durante os oito anos de Fernando Henrique Cardoso. O que mudou foi o tratamento. Lula, pela sua trajetória, estilo e convicções, passou a ter a postura de estabelecer diálogo com alguns atores da sociedade. A UNE procurou legitimamente ocupar esse espaço. Nunca nos furtamos a apresentar limitações do governo, tanto em estrutura educacional como em outras áreas. A UNE sempre foi uma das grandes críticas à política econômica do governo. Fez passeatas e defendeu a demissão do presidente do Banco Central. Do ponto de vista de verbas, o que a UNE recebe são emendas parlamentares, a maioria relacionada à política cultural, e uma outra pequena parte de patrocínios de estatais. Apresentamos projeto de parcerias. É correto que os governos ajudem. Não há nada de ilegítimo e politicamente inaceitável nisso. Estamos tranquilos em relação a isso.

E o projeto que indeniza a UNE por conta da destruição de sua sede? Quanto a UNE pode receber com isso?

Estamos comemorando a aprovação, ontem (terça, 20), na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado. Agora vai para outra comissão, é o último passo. Vamos concretizar o sonho de reconstruir a sede. Temos um projeto do Oscar Niemeyer. A UNE trabalhou muito para que esse projeto fosse aprovado, conseguimos o apoio de todos os partidos. O valor está vinculado ao custo da obra. O teto é R\$ 30 milhões. O projeto cria uma comissão para acompanhar o projeto.

Qual a sua avaliação do governo Lula?

Avaliamos que estamos vivendo um período de consolidação da democracia e das políticas sociais. A educação tem vivido um bom momento. Triplicamos o orçamento da área, triplicamos oferta de vagas nas universidades federais, voltamos a construir universidades. A autoridade do Brasil no mundo tem se ampliado. É significativo. Mas há coisas a serem feitas. O Brasil ainda tem nas suas políticas macroeconômicas muito conservadorismo. Há a questão do problema agrário, que não foi enfrentado. Não conseguimos alterar os índices de produtividade agrícola, que são de décadas atrás. É uma vergonha. Temos também o problema da juventude, do primeiro emprego, por exemplo.

E o governo Serra em São Paulo, como você avalia?

José Serra foi presidente da UNE, é uma figura que veio do movimento social. Recentemente ele deu uma declaração de que a UNE hoje é partidária. Ele foi infeliz, porque a UNE na época dele sempre teve organizações políticas à frente. Serra foi presidente da entidade por ter sido referência e liderança do movimento político que existia na organização. O problema são os interesses que Serra representa. Na atual realidade política brasileira, ele representa interesses da elite, do setor mais conservador da nossa sociedade. E isso acaba se manifestando no seu governo. É um governo que perdeu a oportunidade de ter um caminho mais democrático. Por exemplo, a relação que manteve e desenvolveu com movimentos sociais foi trágica. Veja o caso dos professores. O governo Serra tem a postura de não fazer questão de estabelecer diálogo. É uma cegueira que se estabelece. Acusar uma greve de professores, com salário-base entre R\$ 780 e R\$ 950, e dizer que eles não tem razão para reivindicar aumento é um absurdo.

Você acha que a manifestação dos professores em frente ao Palácio dos Bandeirantes foi um ato político?

Acho que não devemos adjetivar a questão de maneira negativa. Ainda bem que tem política nos professores, que eles têm motivação, que eles pensam e agem com convicção política. Não acho correto ter motivação partidária, eleitoral. Eles têm razão para apresentar reivindicações. O governo de São Paulo teve pouquíssima habilidade para tratar com o problema da greve. Teve uma postura de esmagar a greve. Eu estava no ato no palácio, estava na cena onde houve enfrentamento de manifestantes e policial. A reação da PM foi inacreditável. Não tinha razão para fazer aquilo. Quem construiu a confusão foi a polícia. A PM se aproveitou do empurra-empurra para iniciar uma pancadaria. Eu sei porque eu era o primeiro, estava ali, ia me incorporar na

comissão de negociação. Tomei uma pancada no rosto, sai sangrando, perdi tênis, torci o tornozelo. Todo mundo teve que sair correndo, a polícia veio para encher de porrada. Foi uma postura lamentável.

No caso dos meios de comunicação, você acha que deve haver um conselho regulador?

Eu acho que precisamos ter controle social. É diferente de visões que defendem o controle governamental. Os meios de comunicação não podem ser tratados como uma atividade privada de qualquer tipo. A sociedade tem que ter ferramentas para fazer um controle da mídia.

Governo libera verba milionária à UNE

VANNILDO MENDES E RAFAEL MORAES MOURA - Agência Estado

No apagar das luzes, o governo Luiz Inácio Lula da Silva liberou a primeira parcela de R\$ 30 milhões de um total de R\$ 44,6 milhões de indenização à União Nacional dos Estudantes (UNE) como reparação pelos danos causados à entidade durante a ditadura militar (1964-1985). O dinheiro caiu na conta da entidade ontem mesmo, depositada pela Comissão da Anistia, escalada para saldar a conta. Os R\$ 14,6 milhões restantes entrarão no Orçamento de 2011.

O dinheiro, segundo compromisso da direção da UNE, será integralmente aplicado na construção da nova sede, projetada pelo arquiteto Oscar Niemeyer. Com 13 andares, o prédio será erguido no mesmo terreno, na praia do Flamengo, onde o antigo foi metralhado e incendiado em 31 de março de 1964, dia do golpe militar. Doado pelo ex-presidente Getúlio Vargas em 1942, o local é hoje um dos endereços mais caros do País.

A pedra fundamental da obra será simbolicamente lançada em alto estilo na segunda-feira, às 17 horas, com a presença de autoridades, artistas e intelectuais de todo o País. Com dinheiro em caixa, a construção será iniciada no primeiro semestre de 2011 e a inauguração está prevista para 2013. Esta é primeira indenização coletiva paga pelo governo brasileiro por danos da ditadura.

A lei da anistia (1979) só ampara reparações de caráter pessoal a familiares e vítimas da repressão política. A reparação decorre de lei (número 12.260), proposta pelo Executivo e aprovada pelo Congresso em junho passado. Responsável pelo presente natalino, o presidente de Lula é o convidado de honra e deverá estar presente. Segundo a UNE, todos os ex-presidentes da entidade foram convidados, entre os quais o ex-governador José Serra, que não teria confirmado presença.

A medida abre um precedente para indenização institucional a outras entidades civis, religiosas e políticas que sofreram perseguições nos anos de chumbo. Mas elas terão de se articular e seguir o mesmo caminho da UNE para aprovação de lei no Congresso. "É justo do ponto de vista político e histórico e totalmente defensável do ponto de vista jurídico", afirmou o secretário nacional da juventude, ligado à Secretaria-Geral da Presidência, Beto Cury, que coordenou a tramitação do processo na comissão que fixou o valor.

Enquanto isso, a reparação coletiva devida a centenas de camponeses atingidos pela guerrilha do Araguaia, apanhados no fogo cruzado entre guerrilheiros e as forças da repressão, ainda não aconteceu. Até agora, apenas 44 agricultores tiveram reconhecido o direito a uma modesta pensão mensal de três salários mínimos (R\$ 1.545), além de uma indenização retroativa de menos de R\$ 100 mil para recomposição patrimonial.

UNE inicia movimento Ocupe Brasília com acampamento na Esplanada

Movimento pretende reunir cerca de 300 estudantes em algum ponto próximo ao Congresso até o fim da semana.

Agência Brasil

Inspirada em movimentos internacionais como o Ocupe Wall Street, que protestam contra os impactos da crise financeira sofridos pela população, a União Nacional dos Estudantes (UNE) planeja acampar na Esplanada dos Ministérios a partir desta terça-feira, 6, para pedir o aumento dos investimentos em educação. O movimento Ocupe Brasília, do qual também participa a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), pretende reunir cerca de 300 estudantes em algum ponto próximo ao Congresso até o fim da semana.

O principal objetivo da manifestação é incluir no Plano Nacional de Educação (PNE) a meta de investimento de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para os próximos dez anos. O relator da proposta que atualmente tramita na Câmara dos Deputados definiu esse patamar em 8%, segundo relatório divulgado ontem (5). Atualmente, o país aplica cerca de 5% do PIB em educação.

“A gente reconhece o esforço do relator [deputado Angelo Vanhoni (PT-PR)] de pautar essa discussão dentro do governo mas, para a gente, 8% do PIB são insuficientes. O Brasil ultrapassou a Itália e já é a sétima economia do mundo, nos próximos anos vai ser a quinta do mundo. Mas, nos rankings internacionais, como o da Unesco [Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura] ficamos em 88º na qualidade da educação. Apesar da crise internacional, o Brasil cresce acima da média mundial, entendemos que esse é o momento para combater as desigualdades educacionais historicamente instituídas”, defende o presidente da UNE, Daniel Iliescu.

Além do aumento dos investimentos para a educação, o movimento vai defender a inclusão da meia-entrada para estudantes na Copa do Mundo de 2014 e 50% do Fundo Social do Pré-Sal para a educação. Todos esses assuntos estão em debate atualmente no Congresso Nacional. A UNE programa algumas atividades para a semana, entre elas sessões de cinema com filmes nacionais e um campeonato de futebol no gramado da Esplanada em defesa da meia-entrada para estudantes.

Iliescu diz que a diferença da ocupação proposta pela entidade em relação a outros movimentos que ocorrem no mundo é que no Brasil a agenda é positiva. “Nossa inspiração vem de movimentos como o dos estudantes chilenos, dos manifestantes da Praça Tahir [no Egito] e os Indignados da Espanha. Com a diferença que aqui nós não vivemos uma situação de desemprego ou perda de direitos. Nosso esforço é mobilizar os estudantes por uma agenda positiva”, diz.

Para Ubes, metas da educação são 'impossíveis' de atingir com menos de 10% do PIB

Estudantes secundaristas participam de ato promovido pela UNE em Brasília

Agência Brasil

BRASÍLIA - Acampados em barracas de camping, no gramado em frente ao Congresso Nacional, pouco mais de 150 estudantes prometem fazer um dia de manifestações na Esplanada dos Ministérios nesta terça-feira, 6. Eles vão se unir a representantes de todo o Brasil para defender que, no mínimo, 10% do Produto Interno Bruto (PIB) seja investido em educação. A meta deve ser incluída no Plano Nacional de Educação (PNE).

Cerca de 150 alunos prometem fazer um dia de manifestações na Esplanada nesta terça

A presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), Manuela Braga, disse que o protesto de hoje quer promover uma discussão sobre a necessidade de melhorar a educação no País. Segundo ela, o caminho é incentivar o ensino técnico e ampliar as vagas nas universidades públicas.

“Nossas principais bandeiras são a ampliação da escola técnica e de universidades, a melhoria na forma de acesso no vestibular e a concessão do passe livre e da meia-entrada em eventos para os estudantes. A gente não consegue realizar nossas metas com menos de 10% do PIB na educação. Não vamos abrir mão desses direitos”, disse Manuela.

O movimento, chamado 'Ocupe Brasília', é organizado pela União Nacional dos Estudantes (UNE) e inspirado ações internacionais como o Ocupe Wall Street, em que a população protesta contra os impactos da crise financeira. Segundo o presidente da UNE, Daniel Iliescu, a manifestação quer o apoio da sociedade para garantir mais recursos para a educação no País.

“Queremos chamar a atenção da sociedade brasileira, pressionar os parlamentares e o governo federal em relação a alguns temas que esta semana terão seu destino decidido e que influenciam diretamente a vida dos estudantes e da juventude do País. Precisamos ficar atentos e exigir nossos direitos”, disse Iliescu.

O projeto de lei que cria o Plano Nacional de Educação (PNE), no período de 2011 a 2020, foi enviado pelo governo federal ao Congresso em 15 de dezembro de 2010. O novo PNE apresenta dez diretrizes objetivas e 20 metas, além de estratégias específicas de concretização para o setor.

Brasil

Fonte:  AGÊNCIA
ESTADO

06 de Julho de 2012

Política

Dilma enfrenta manifestação de estudantes no Rio

Por Luciana Nunes Leal e Sergio Torres

Rio - Um grande tumulto atrapalhou a festa de inauguração de novas unidades habitacionais do programa "Minha Casa, Minha Vida" no Rio, onde estão presentes a presidente Dilma Rousseff, o governador do Rio, Sergio Cabral, e o prefeito Eduardo Paes, que nesta sexta-feira encerra uma maratona de inaugurações antes da campanha eleitoral.

A confusão começou quando um grupo de estudantes ligados à União da Juventude Socialista (UJS) e à União Nacional dos Estudantes (UNE) começou a gritar palavras de ordem justamente no início do discurso de Dilma. Os manifestantes foram afastados pelos seguranças e alguns chegaram a ser agredidos.

Os moradores da região de Triagem, na zona norte, e os beneficiários do programa habitacional se revoltaram contra os jovens e os expulsaram do local da festa. "Fora, fora", gritavam os moradores.

Os alunos pediam a destinação de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para a educação. "Fomos agredidos. Eu levei um soco na cara. E nós estamos aqui para defender a educação", disse Leonardo Guimarães, de 19 anos, aluno de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

A solenidade de entrega das chaves foi encerrada logo depois do discurso da presidente, sem que o prefeito discursasse. Embora fosse um evento oficial da Prefeitura, a inauguração acontece no primeiro dia da campanha eleitoral municipal.

Agência Estado - Uma empresa do Grupo Estado - Copyright © 2012 - Todos os direitos reservados.

Brasil

Fonte:  AGÊNCIA
ESTADO

15 de Fevereiro de 2012

Política

CCJ do Senado aprova projeto do Estatuto da Juventude

Por Rosa Costa

Brasília - Aprovado hoje na Comissão de Constituição e Justiça do Senado (CCJ), o projeto de lei que institui o Estatuto da Juventude prevê que jovens de 15 a 29 de baixa renda terão duas passagens gratuitas em todos os aviões, ônibus e barcos interestaduais que transitarem no País, além de duas passagens com desconto de 50%, se o benefício integral já tiver sido utilizado. Os jovens de 15 a 29 anos terão ainda meia-entrada nos eventos culturais e esportivos financiados com dinheiro público e 40% de desconto nos eventos patrocinados pela iniciativa privada. A medida se estende aos jogos da Copa do Mundo em 2014 e a Olimpíada de 2016, ampliando ainda mais a polêmica com os organizadores dos eventos.

Os privilégios previstos para essa faixa etária se estende igualmente à criação de linhas de crédito específica, destinada à agricultura orgânica e agroecológica e à "efetiva inclusão dos jovens nos espaços públicos de decisão com direito a voz e voto". No entender do senador Demóstenes Torres (DEM-GO), o estatuto é "totalmente demagógico", elaborado para atender à União Nacional dos Estudantes (UNE) e "outros movimentos que hoje estão perdidos, não têm bandeira alguma, não combatem o governo e não combatem a corrupção".

Demóstenes se referiu aos estudantes que torciam na CCJ pela manutenção de mordomias, ao que ele chamou de "marmanjos que deveriam estar estudando e trabalhando em favor do Brasil, em vez de quererem sugar mais a população brasileira". Sobre as passagens gratuitas, o senador lembrou que é o cidadão comum, muitas vezes com renda mais baixa do que os favorecidos, quem vai bancar a benesse.

O projeto tem ainda de ser examinado nas comissões de Educação (CE), Direitos Humanos (DH) e de Assuntos Sociais (CAS), antes de ser reexaminado pela Câmara dos Deputados. Demóstenes tentou reduzir a idade dos jovens para 21 anos, mas o relator alegou que o teto da juventude, aos 29 anos, decorre de um tratado da Organização das Nações Unidas (ONU).

De iniciativa do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o estatuto tramitou sete anos na Câmara. Saiu de lá com propostas inconstitucionais, como a de tarifar transportes municipais e ainda mais vantagens, como a de liberar meia passagem gratuita para todos os cidadãos de 15 a 29 anos, "independentemente do motivo da viagem".

Agência Estado - Uma empresa do Grupo Estado - Copyright © 2012 - Todos os direitos reservados.

Brasil

20 de Dezembro de 2010

Política

Tom de campanha domina a despedida de Lula no Rio

Na UNE, presidente foi recebido ao som de "Lula lá"; na premiação dos destaques olímpicos, comemorou o fim do "complexo de vira-latas"

Por Cecília Ritto, do Rio de Janeiro

"Nunca pensei que seria tão bem tratado pela UNE e pela UBES. Aproveito o meu último discurso para estudantes para dizer que foi um prazer trabalhar com vocês"

O presidente Lula [abriu sua despedida](#) do Rio de Janeiro em clima muito mais de campanha do que de fim de governo. Ao chegar à cerimônia de lançamento da pedra fundamental da [nova sede da União Nacional dos Estudantes](#), foi recebido ao som de "Lula lá", jingle de sua campanha de 1989, e com palavras de ordem como "Lula, guerreiro, do povo brasileiro". No terreno da Praia do Flamengo, onde ficava a sede original da UNE, incendiada em 1964 e demolida nos anos 1980, foi montado um grande palco, que ficou lotado de políticos e personalidades – entre estas, o arquiteto Oscar Niemeyer, de 103 anos, responsável pelo projeto da sede.

Lula chegou com quase duas horas de atraso, e falou por 15 minutos, de improviso. Para não inviabilizar o resto da agenda, que inclui o Prêmio Destaque Olímpico e um show em homenagem ao presidente, só duas outras pessoas discursaram: o ex-presidente da UNE Aldo Arantes, que falou em nome de todos os ex-dirigentes da entidade, e o atual presidente, Augusto Chagas. O governador Sérgio Cabral, o prefeito Eduardo Paes e o ministro da Educação, Fernando Haddad, que tinham discursos previstos no cerimonial, abriram mão da palavra.

Em seu discurso, Lula fez questão de afirmar que a UNE manteve a tradição de luta em seu governo, e que não houve "complacência nem subserviência" da entidade nesses oito anos. De acordo com Lula, a boa relação da UNE com o governo foi

possível porque houve uma “revolução na educação”. Ao mesmo tempo, afirmou: "Nunca pensei que seria tão bem tratado pela UNE e pela UBES. Aproveito o meu último discurso para estudantes para dizer que foi um prazer trabalhar com vocês".

Augusto Chagas também usou seu discurso para se contrapor às [críticas que a entidade que preside tem recebido](#), de ter sido cooptada pelo governo Lula, de quem recebeu dez vezes mais recursos do que nos oito anos de governo de Fernando Henrique Cardoso. “A UNE é a entidade mais importante do país. Não teve um capítulo da república em que a nossa marca não estivesse cravada. A nossa trajetória é de protagonismo. E nos últimos anos não foi diferente”, disse, entre muitos gritos e aplausos.

Homenagem olímpica - O tom ufanista exacerbou-se na segunda escala da maratona presidencial, no Museu de Arte Moderna. Homenageado no Prêmio Brasil Olímpico, o presidente Lula voltou a bater na tecla do orgulho de ser brasileiro. "Acabamos com o complexo de vira-latas, como diria Nelson Rodrigues, para nos tornarmos cidadãos com direito de organizar uma Olimpíada", disse em mais um discurso de improviso.

Lula enfatizou a importância do investimento em esporte para o desenvolvimento do país "Não se pode falar em gasto quando se fala de esporte, e sim de investimento, para que o Brasil se torne uma potência olímpica", disse, acrescentando que é igualmente importante que todos tenham oportunidades iguais nesse crescimento.

O governador Sérgio Cabral, o prefeito Eduardo Paes e o ministro do Esporte, Orlando Silva, também foram homenageados, no mesmo tom. Cabral foi elogiado pela política de pacificação de favelas, e Paes ouviu de Lula uma brincadeira profética: "O prefeito ainda está no segundo ano de governo, mas já pode fazer campanha pela reeleição", disse o presidente.

No encerramento de seu discurso, já com os batedores à sua espera para seguir em direção ao Sambódromo para o último compromisso do dia, Lula escalou-se para integrar a equipe olímpica brasileira. "Não sei se vai ter competição de terceira idade. Mas se tiver, podem me chamar."

Brasil

18 de Dezembro de 2010

Da resistência democrática à cooptação pelo governo Lula

O historiador Marco Antonio Villa e o deputado federal Fernando Gabeira classificam a indenização como 'agrado à UNE'

Por Cecília Ritto e Mariana Pereira de Almeida

O historiador Marco Antonio Villa critica duramente a indenização concedida à UNE, e diz não ter notícia de algo semelhante em nenhum outro país da América Latina. “É inacreditável, são aquelas coisas que só ocorrem no Brasil, como a palavra saudade. A gente pensa: não é possível.”

Villa lembra que a UNE teve um papel importante na defesa da democracia em vários momentos da história do Brasil. Criada em 1937, foi determinante na mobilização nacional que resultou na entrada do Brasil na guerra ao lado dos aliados. Mas, em sua avaliação, a indenização de quase 44 milhões de reais é desproporcional – e não só pelo valor. “A indenização à UNE é parte da estratégia do governo de cooptação de entidades e artistas. O governo não teve qualquer problema este ano. Compra apoio de setores que aceitam esta transação nada ética com a maior tranquilidade. Esse tipo de indenização é um cala-boca”, diz.

Villa considera grave também o aparelhamento da entidade, que desde sua reconstrução, em 1979, é controlada pelo PCdoB. “A UNE virou uma escola para formar quadros políticos do PCdoB e ganhar dinheiro com carteirinhas de estudante. Essa indenização é um agrado do governo”, diz, acrescentando uma preocupação: “E quem é que vai controlar o uso desse dinheiro?”

O deputado federal Fernando Gabeira (PV) diz que a construção do prédio no mesmo local onde ficava a sede destruída é uma reparação simbólica. “Não há necessidade de reparação financeira, a UNE não precisa desse dinheiro”, diz Gabeira, que também

classifica a entidade como “chapa branca”. “Isso vai ser entendido como uma ação entre o governo e a UNE, não como uma ação da sociedade”, conclui.

ANEXO 2

Relação de Transferências de Recursos da União envolvendo a
União Nacional dos Estudantes (UNE)

Número	Número Original	UF	Objeto	Órgão Superior	Concedente	Conveniente	Valor Conveniado
755401	00001/2011	SP	O presente projeto preve a realizacao, em mutua cooperacao entre a ANPG e a Uniao Nacional dos Estudantes, da quarta edicao do Encontro de Mulheres Estudantes da UNE IV EME, em Salvador, de 21 a 24 de abril de 2011. Sob o tema O abre alas que as mulheres vao passar , com vistas ao fortalecimento e a ampliacao do espaco nacional de articulacao e definicao de politicas contra as desigualdades de genero, o evento se	PRESIDENCIA DA REPUBLICA	SECRETARIA ESP. DE POLITICAS PARA AS MULHERES	ASSOCIACAO NACIONAL DE POS-GRADUANDOS	60.398,87
704071	00152/2009	SP	O Projeto Atividades Culturais e Artisticas da UNE 2010, visa o encontro do Circuito universitario de arte e cultura da UNE no 51 Congresso da UNE, que sera realizado em Brasilia no dia 15 de julho ao dia 19 de julho de 2009. Onde serao trocadas experiencias e informacoes entre os CUCAs, verificando a diversidade cultural de cada regioa do pais. O encontro sera cercado de debates e shows musicais universitarios.	MINISTERIO DA CULTURA	MINC-COORD-GERAL DE EXEC. ORC. FINANC/FNC	UNIAO NACIONAL DOS ESTUDANTES	341.900,00
704053	00014/2009	SP	Apoio a realizacao do 51 Congresso da UNE e do 1 Encontro de Estudantes da PROUNI.	MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA	MCT-COORD. GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS/DF	UNIAO NACIONAL DOS ESTUDANTES	50.000,00

Número	Número Original	UF	Objeto	Órgão Superior	Concedente	Conveniente	Valor Conveniado
702441	00320/2008	SP	O Projeto Atividades Culturais e Artísticas da UNE 2009, visa realizar a promoção do circuito universitário de arte e cultura da UNE, com realização de oficinas de teatro, dança, circo, cinema e vídeo, música e literatura nas universidades do país, com propósito de mobilizar os estudantes para as atividades artísticas e o intercâmbio cultural. Essas atividades serão realizadas em 14 estados brasileiros, sendo que já	MINISTERIO DA CULTURA	MINC-COORD-GERAL DE EXEC. ORC.E FINANCEIRA	UNIAO NACIONAL DOS ESTUDANTES	1.459.116,00
702422	29193/2008	SP	Implantação de atividades esportivas e debates, dentro da 6ª Bienal de Artes Ciência e Cultura da UNE	MINISTERIO DO ESPORTE	SUBSECRET.DE PLANEJ. ORCAM. E ADMINISTRACAO	UNIAO NACIONAL DOS ESTUDANTES	250.000,00
702420	00352/2008	SP	O projeto consiste na realização de dois shows de música popular brasileira e debates que acontecerão no mesmo dia dos shows, nas cidades de São Paulo (vale do Anhangabau) e no Rio de Janeiro (enseada de botafogo).O objetivo é possibilitar o acesso do público em geral aos shows e debates realizados por artistas de grande projeção nacional e artistas amadores. Os nomes ainda não foram selecionados. A entrada será grat	MINISTERIO DA CULTURA	MINC-COORD-GERAL DE EXEC. ORC.E FINANCEIRA	UNIAO NACIONAL DOS ESTUDANTES	786.567,50

Número	Número Original	UF	Objeto	Órgão Superior	Concedente	Conveniente	Valor Conveniado
640159	702441	SP	CONCESSAO DE APOIO FINANCEIRO AO PROJETO "ATIVIDADES CULTURAIS E ARTISTICAS DA UNE".	MINISTERIO DA CULTURA	SECRET. DE FOMENTO INCENTIVO CULTURA/MINC	UNIAO NACIONAL DOS ESTUDANTES	1.459.116,00
640157	702420	SP	REALIZACAO DE SHOWS DE MUSICA POPULAR BRASILEIRA E DEBATES QUE ACONTECERAO NO MESMO DIA DOS SHOWS NAS CIDADES DE SAO PAULO E RIO DE JANEIRO	MINISTERIO DA CULTURA	SECRET. DE FOMENTO INCENTIVO CULTURA/MINC	UNIAO NACIONAL DOS ESTUDANTES	786.567,50
638125	2000215720 0800207	SP	Objeto: Projeto Desafios e Percepções da Mulher	PRESIDENCIA DA REPUBLICA	SECRETARIA DE POLITICAS PARA AS MULHERES	UNIAO NACIONAL DOS ESTUDANTES	202.384,80
624392	4200015720 0700537	SP	Objeto: Apoio ao projeto: "SEMPRE JOVEM E SEXAGENÁRIA".	MINISTERIO DA CULTURA	SECRET. DE FOMENTO INCENTIVO CULTURA/MINC	UNIAO NACIONAL DOS ESTUDANTES	434.344,00
623789	28/2008	SP	REALIZAÇÃO DA CARAVANA ESTUDANTIL DE SAÚDE.	MINISTERIO DA SAUDE	DIRETORIA EXECUTIVA DO FUNDO NAC. DE SAUDE	UNIAO NACIONAL DOS ESTUDANTES	2.871.410,36
623086	4200015720 0700555	SP	Objeto: Apoio ao projeto "MANUTENÇÃO DO CIRCUITO UNIVERSITÁRIO DE CULTURA E ARTE - CUCA 2007".	MINISTERIO DA CULTURA	SECRET. DE FOMENTO INCENTIVO CULTURA/MINC	UNIAO NACIONAL DOS ESTUDANTES	580.000,00
623000	4200015720 0700531	SP	Objeto: Apoio ao projeto: "CIRCUITO UNIVERSITÁRIO- RIO DE CULTURA E ARTE DA UNE".	MINISTERIO DA CULTURA	SEC. DA CIDADANIA E DA DIVERS. CULTURAL	UNIAO NACIONAL DOS ESTUDANTES	440.000,00
592368	2401015720 0700011	SP	Objeto: Apoio a realização do 50º Congresso da UNE.	MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA	COORDENACAO-GERAL DE RECURSOS LOGIST.	UNIAO NACIONAL DOS ESTUDANTES	51.500,00

Número	Número Original	UF	Objeto	Órgão Superior	Concedente	Conveniente	Valor Conveniado
590735	2000215720 0700005	SP	Objeto: II Encontro de Mulheres Estudantes da'NE	PRESIDENCIA DA REPUBLICA	SECRETARIA ESP. DE POLITICAS PARA AS MULHERES	UNIAO NACIONAL DOS ESTUDANTES	45.582,46
579964	3400015720 0600550	SP	Objeto: Apoio ao projeto: "CINEMA UNE EM MOVIMENTO".	MINISTERIO DA CULTURA	COORD.GERAL DE EXEC. ORCAM. E FINANCEIRA/FNC	UNIAO NACIONAL DOS ESTUDANTES	436.783,00
578904	3400015720 0600431	SP	Objeto: Apoio ao projeto "ATIVIDADES DE CULTURA E ARTE DA UNE".	MINISTERIO DA CULTURA	COORD.GERAL DE EXEC. ORCAM. E FINANCEIRA/FNC	UNIAO NACIONAL DOS ESTUDANTES	1.485.805,43
572379	3400015720 0600317	SP	Objeto: Apoio ao projeto: "UNIVERSIDADE DO ARMÁRIO".	MINISTERIO DA CULTURA	COORD.GERAL DE EXEC. ORCAM. E FINANCEIRA/FNC	UNIAO NACIONAL DOS ESTUDANTES	50.830,32
556242	3400012005 00911	RJ	Objeto: Apoio ao projeto "CENTRO UNIVERSITÁRIO DE CULTURA E ARTE - DF".	MINISTERIO DA CULTURA	SEC. DA CIDADANIA E DA DIVERS. CULTURAL/FNC	UNIAO NACIONAL DOS ESTUDANTES	185.000,00
554611	3400012005 00879	SP	Objeto: Apoio ao projeto "Manutenção do Circuito Universitário de Cultura e Arte - CUCA 2006".	MINISTERIO DA CULTURA	COORD.GERAL DE EXEC. ORCAM. E FINANCEIRA/FNC	UNIAO NACIONAL DOS ESTUDANTES	685.000,00
554115	3400012005 00557	SP	Objeto: Apoio ao projeto "CUCA/UNE - CIRCUITOS UNIVERSITÁRIOS DE CULTURA E ARTE - MT - ARAGUAIA".	MINISTERIO DA CULTURA	SEC. DA CIDADANIA E DA DIVERS. CULTURAL/FNC	UNIAO NACIONAL DOS ESTUDANTES	180.000,00
524359	MINC/SE/F NC 032/2005	SP	PROJETO CUCA (CENTROS UNIVERSITÁRIOS DE CULTURA E ARTE) PARANA	MINISTERIO DA CULTURA	SEC. DA CIDADANIA E DA DIVERS. CULTURAL/FNC	UNIAO NACIONAL DOS ESTUDANTES	268.514,95
522176	MINC/SE/F NC 297/2004	SP	PROJETO CUCA (CENTRO UNIVERSITARIO DE CULTURA E ARTE) SAO PAULO	MINISTERIO DA CULTURA	SEC. DA CIDADANIA E DA DIVERS. CULTURAL/FNC	UNIAO NACIONAL DOS ESTUDANTES	170.000,00

Número	Número Original	UF	Objeto	Órgão Superior	Concedente	Conveniente	Valor Conveniado
522070	CV 0001/2005	SP	1º ENCONTRO DE MULHERES DA UNE	PRESIDENCIA DA REPUBLICA	SECRETARIA ESP. DE POLITICAS PARA AS MULHERES	UNIAO NACIONAL DOS ESTUDANTES	27.742,80
521979	MINC/SE 411/2004	SP	MANUTENCAO DOS CUCAS	MINISTERIO CULTURA	COORD.GERAL DE EXEC. ORCAMENTARIA E FINANCEIR	UNIAO NACIONAL DOS ESTUDANTES	772.906,50
521848	MINC/SE/F NC 322/2004	SP	CUCA/UNE (CENTRO UNIVERSITARIO DE CULTURA E ARTE) RIO GRANDE DO SUL	MINISTERIO CULTURA	SEC. DA CIDADANIA E DA DIVERS. CULTURAL/FNC	UNIAO NACIONAL DOS ESTUDANTES	85.000,00
521798	MINC/SE/F NC 335/2004	SP	ESPACO CUCA-SALVADOR - CENTRO UNIVERSITARIO DE CULTURA E ARTE	MINISTERIO CULTURA	SEC. DA CIDADANIA E DA DIVERS. CULTURAL/FNC	UNIAO NACIONAL DOS ESTUDANTES	163.910,00
521789	MINC/SE/F NC 324/2004	SP	PROJETO CUCA (CENTROS UNIVERSITARIOS DE CULTURA E ARTES) ESPIRITO SAN-TO	MINISTERIO CULTURA	SEC. DA CIDADANIA E DA DIVERS. CULTURAL/FNC	UNIAO NACIONAL DOS ESTUDANTES	150.000,00
521788	MINC/SE/F NC 292/2004	SP	PROJETO CUCA (CENTROS UNIVERSITARIOS DE CULTURA E ARTE PERNAMBUCO)	MINISTERIO CULTURA	SEC. DA CIDADANIA E DA DIVERS. CULTURAL/FNC	UNIAO NACIONAL DOS ESTUDANTES	150.000,00
521623	MINC/SE/F NC 329/2004	SP	ESPACO CUCA - CENTRO UNIVERSITARIO DE CULTURA E ARTE - CAMPINA GRANDE	MINISTERIO CULTURA	SEC. DA CIDADANIA E DA DIVERS. CULTURAL/FNC	UNIAO NACIONAL DOS ESTUDANTES	170.000,00
521621	MINC/SE/F NC 298/2004	SP	PROJETO CUCA (CENTROS UNIVERSITARIOS DE CULTURA E ARTE) RIO DE JANEI-RO	MINISTERIO CULTURA	SEC. DA CIDADANIA E DA DIVERS. CULTURAL/FNC	UNIAO NACIONAL DOS ESTUDANTES	167.660,00

Número	Número Original	UF	Objeto	Órgão Superior	Concedente	Conveniente	Valor Conveniado
511240	MINC/SE 209/2004	RJ	CIRCUITO UNIVERSITARIO DE CULTURA E ARTE DA UNE PASCHOAL CARLOS MAGNO.	MINISTERIO DA CULTURA	COORD.GERAL DE EXEC. ORCAMENTARIA E FINANCEIR	UNIAO NACIONAL DOS ESTUDANTES	400.000,00
506261	CV ME 144/2004	SP	REALIZACAO DOS 52 JOGOS UNIVERSITARIOS BRASILEIROS NO PERIODO DE 09 A 18 DE JULHO DE 2004, EM SAO PAULO.	MINISTERIO DO ESPORTE	SUBSECR. DE PLANEJ. ORCAM. E ADMINISTRACAO/ ME	UNIAO NACIONAL DOS ESTUDANTES	199.621,97
480043	001/2003-SMAC	RJ	UNE - CUCA.	MINISTERIO DA CULTURA	COORD.GERAL DE EXEC. ORCAMENTARIA E FINANCEIR	UNIAO NACIONAL DOS ESTUDANTES	600.000,00
473210	055/2002-SMAC	SP	3ª BIENAL DE ARTE E CULTURA DA UNE	MINISTERIO DA CULTURA	COORD.GERAL DE EXEC. ORCAMENTARIA E FINANCEIR	UNIAO NACIONAL DOS ESTUDANTES	450.000,00
473208	061/2002-SMAC	SP	GRAVACAO DE CD E AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS- 3ª BIENAL DE CULTURA E AR-TE	MINISTERIO DA CULTURA	COORD.GERAL DE EXEC. ORCAM. E FINANCEIRA/FNC	UNIAO NACIONAL DOS ESTUDANTES	86.560,00
429824	137/2001-SMAC	RJ	PROGRAMA CULTURAL DA UNE PARA MUSICA E ARTES CENICAS	MINISTERIO DA CULTURA	COORD.GERAL DE EXEC. ORCAM. E FINANCEIRA/FNC	UNIAO NACIONAL DOS ESTUDANTES	500.000,00